

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RELATÓRIO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Apresentação

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro apresenta seu Relatório da Administração de 2017, com os principais resultados e destaques do ano nas áreas de atuação da empresa

Mensagem da Administração

O ano de 2017 foi bastante desafiador para o Serpro. Um ano para consolidar o modelo de gestão iniciado em 2016 com o lançamento de novas linhas de negócio, ampliação de mercados, consolidação de parcerias e lançamento de serviços inovadores. Além de profundas transformações na gestão empresarial e na governança, obtivemos resultados positivos na redução de custos e na melhoria da eficiência e eficácia operacional.

Foi um ano em que o Serpro saiu de uma situação de prejuízo para um cenário com o maior lucro nos últimos 11 anos. Esse resultado empenhou mais esforço do time Serpro, todos comprometidos com a recuperação financeira e já podemos perceber sinais de uma valiosa mudança da cultura empresarial.

Nosso objetivo é ganhar consistência nas estratégias adotadas e garantir a perenidade dessa grande empresa. O foco do Serpro continua sendo o de melhorar os serviços e o atendimento aos clientes, fazer uma gestão racional e mais eficiente dos recursos para entregar mais valor ao cidadão e ao Estado brasileiro. Com isso, acreditamos ser possível firmar, cada vez mais, a posição estratégica do Serpro como empresa viabilizadora da conexão entre Governo e Sociedade.

Após oito trimestres consecutivos de queda do nível da atividade econômica do país, que resultou numa perda da renda per capita de 9,2% no biênio 2015-2016, o Produto Interno Bruto - PIB voltou a recuperar-se em 2017, registrando expansão da ordem de 1%.

A inflação também foi controlada, retrocedendo para o patamar de 2,95% a.a. em 2017, situando-se pela primeira vez abaixo do teto da meta anual de 3%.

Com isso, criou-se o ambiente favorável para a queda consistente da taxa básica de juros - Selic, que retrocedeu do patamar anual de 14,25%, em agosto de 2016, para 7% no final de 2017, posicionando-se como a menor da série apurada desde junho de 1996.

Assim, abriu-se espaço para o início da recuperação do consumo e dos investimentos, o que é essencial à afirmação da trajetória de recuperação da atividade econômica do país, que se iniciou no primeiro trimestre de 2017. As projeções apontam que a taxa de crescimento do PIB ganhará maior impulso ao longo de 2018, devendo se situar em torno de 3%.

No âmbito do setor externo, a balança comercial logrou saldo positivo da ordem de US\$ 66 bilhões em 2017, somando-se aos investimentos diretos, que alcançaram cerca de US\$ 80 bilhões, o que se traduziu na estabilidade da taxa de câmbio.

Esta última vem se mantendo em torno de R\$ 3,20/US\$ desde meados de 2016, devendo permanecer em um ambiente de reduzida volatilidade ao longo de 2018, refletindo também as condições vigentes na economia internacional, onde observa-se, em termos gerais, expansão da atividade econômica e estabilidade monetária, após a grande crise de 2008.

Não obstante o quadro de recuperação da atividade econômica brasileira, a inflação controlada e os resultados positivos do setor externo, ainda persistem as dificuldades no campo fiscal.

A despeito das medidas adotadas com vistas ao reequilíbrio das contas públicas, o deficit primário - embora menor do que a meta fiscal de R\$ 159 bilhões, fixada para o biênio 2017/2018 – deverá situar-se na faixa de R\$ 130 bilhões em 2017, o que mantém a relação dívida pública/PIB em trajetória crescente desde 2014, quando evoluiu de 56,8% para 74,4% em novembro de 2017.

A atual conjuntura observada no campo fiscal, com forte restrição orçamentária, afeta consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo, do Orçamento Geral da União – OGU. Por isso, a empresa tem adotado uma estratégia empresarial voltada à diversificação de sua carteira e à geração de novos negócios com foco na redução da dependência desses clientes.

Essa estratégia já apresenta resultados positivos, haja vista a expansão dos clientes fora do OGU, cuja participação no faturamento da empresa evoluiu de apenas 3%, em 2015, para 5%, em 2016, alcançando o patamar de 7,7% em 2017. Este fato, somado ao ganho de produtividade e manutenção do nível de despesas, foi determinante para o alcance do resultado positivo da empresa.

2. Principais realizações de 2017

As principais realizações de 2017 referem-se a soluções e produtos para melhorar a gestão do Estado e a vida dos cidadãos, aumentando a capacidade de geração de receitas com novos clientes e fontes alternativas de receitas, fora do orçamento da União.

Servicos sob medida

Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen: solução web para mapeamento do sistema penitenciário brasileiro, centralizador das informações sobre a população carcerária e unidades

Carteira Nacional de Habilitação - CNH Digital: documento eletrônico com o mesmo valor jurídico da versão impressa, que pode ser acessado a partir de um aplicativo móvel, disponível nas lojas App Store e Google Play. Armazena todas as informações da carteira impressa, inclusive foto, em QR Code, garantindo maior autenticidade ao documento;

Sistema de Controle de Isenção de Imposto IPI e IOF - Sisen: automatização do processo de solicitação de isenção fiscal para compra de carros para táxi ou pessoas com deficiência, reduzindo o prazo de três meses para três dias:

Portal Único de Comércio Exterior - PUCOMEX: reduz em até 40% o tempo gasto na exportação de produtos brasileiros; e

Porto sem Papel para todos os segmentos de mercado: o sistema que revolucionou a gestão portuário agora está disponível para todos os segmentos de mercado, para agilizar a análise e a liberação de mercadorias

Serviços multiclientes

Desde 2016, o Serpro atua em todos os segmentos de mercado, oferecendo produtos e serviços de baixa customização. O ano de 2017 foi um marco na consolidação dessa estratégia

API (Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicações) Serpro: conjunto de APIs que dá acesso a dados governamentais. Estão disponíveis para contratação APIs do Cadastros de Pessoa Física – CPF, Pessoa Jurídica – CNPJ, Nota Físcal Eletrônica – Nfe;

API Consulta CPF: permite a integração segura de aplicativos de terceiros com o Cadastro de Pessoas Físicas para consulta das informações públicas deste cadastro;

API Consulta CNPJ: permite a integração segura de aplicativos de terceiros com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas para consulta das informações públicas do cadastro de empresas;

API Consulta NFe: permite a integração segura de aplicativos de terceiros para consultas de dados de Notas Fiscais Eletrônicas:

Blockchain: primeira plataforma blockchain para o Governo Federal. Tecnologia de validação inviolável que tem a descentralização como medida de segurança. Cria consenso e confiança na comunicação direta entre duas partes, sem o intermédio de terceiros. O protocolo é adequado para cenários que requerem privacidade e controle de identidade e permissões;

Datavalid: API capaz de verificar mais de uma dezena de itens de cadastro, incluindo identidade e foto, direto nas fontes de informações do governo, para uso em soluções de combate a fraudes;

Estaleiro: Plataforma como Serviço (PaaS) do Serpro. Permite a criação ágil de diversos tipos de software por meio de um ambiente preparado com uma gama de ferramentas de TI. O Serpro lançou uma plataforma completa de desenvolvimento e implantação em nuvem, com funcionalidades que suportam tanto aplicativos simples como sofisticados softwares governamentais ou empresariais;

Lince: serviço que possibilita a inserção criptografada de textos e imagens em um código bidimensional que, inserido em documentos, permite que a autenticidade, confiabilidade e integridade dos dados sejam verificadas:

Radar: sistema de gestão de infrações e penalidades de trânsito para administração federal, estadual ou municipal. O poder público pode economizar até R\$ 1 milhão por ano no processamento das multas de

SerproMail: serviço de e-mail e colaboração com plataforma integrada disponível para todos órgãos públicos. É oferecido em nuvem, hospedado em centro de dados seguro, o que garante a soberania dos dados;

Sistema de Notificação Eletrônica - SNE: solução centralizada, integrada e informatizada para a gestão das notificações eletrônicas relacionadas ao trânsito. Possibilita o pagamento de multas com 40% de desconto, aumentando a efetividade e rapidez nos pagamentos.

Além de outras tantas realizações, o Serpro também lançou uma plataforma de e-commerce para apojar a entrega desses produtos e automatizar as vendas. Desde a contratação do produto até a prestação de contas, emissão de boletos para pagamento e notas fiscais dos serviços prestados, tudo é realizado nesse portal.

3. Estratégia corporativa

Em 2015, o resultado apurado no exercício indicou um prejuízo de R\$ 355 milhões (http://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/transparencia1/contas_anuais/2015/ano-2015). Em 2016, foi acumulada uma perda de 63% (Patrimônio líquido de 2016 comparado com o de 2014 - fonte: balanço patrimonial) no patrimônio líquido, decorrente dos prejuízos aferidos desde 2015. O nível de endividamento atingiu patamares recordes, pelo efeito do aumento do passivo total, fortemente impactado por tributos em atraso e dívidas com fornecedores.

Diante desse cenário, foi definida uma estratégia para recuperação empresarial e alcance da sustentabilidade, recuperando o resultado econômico, de forma a garantir lucro suficiente para cobrir as despesas e possibilitar

Reforçou-se o direcionamento de atuar na redução de despesas, no aumento do nível de satisfação dos clientes, na diversificação da carteira de negócio, na melhoria do tempo de entrega das soluções, utilizando tecnologias inovadoras e redesenhando os processos empresariais, para oferecer soluções ageis e que agreguem benefícios ao cidadão e às empresas.

Assim o Serpro reafirma seu compromisso com a missão de "Conectar Governo e Sociedade com Soluções Digitais" e com a visão de "Ser Líder em Soluções Digitais para Governo e Sociedade", conforme descrito nos componentes estratégicos.

Componentes estratégicos do Serpro:

Conectar governo e sociedade com soluções digitais.

Ser líder em soluções digitais para governo e sociedade

- · Segurança: soluções íntegras e confiáveis
- Excelência: conhecimento do negócio para entrega de soluções integradas de qualidade
- · Responsividade: entregas com agilidade
- · Proatividade: antecipação de soluções
- · Responsabilidade: com as informações e soluções estratégicas para o Brasil
- · Orgulho: uma empresa onde as pessoas praticam os princípios da ética e da integridade.



Manter uma estratégia empresarial alinhada com as mudanças do ambiente é desafíador, especialmente porque o setor de tecnologia de informação se caracteriza por grande dinamismo.

ISSN 1677-7042

O Serpro estabeleceu em 2014 um planejamento estratégico focado em 2022 e revisa a cada ano os objetivos e metas estabelecidos, mantendo um horizonte mínimo de cinco anos.

4. Desempenho econômico-financeiro

Após dois anos consecutivos de prejuízos, o Serpro apresentou lucro líquido de R\$ 123 milhões em 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Comparativo econômico-financeiro 2016/2017

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017
Resultado	R\$ milhões	R\$ milhões
Receita líquida	2.138	2.383
Despesa operacional	2.320	2.123
Resultado líquido	-162	123
Valores patrimoniais	R\$ milhões	R\$ milhões
Imobilizado e intangível	608	560
Patrimônio líquido	410	636
Principais indicadores	%	%
Liquidez corrente	0,8	1,0
Margem líquida	-7,6	5,2
Margem EBITDA	-2,1	13,3

Esse resultado foi construído pelo incremento de 11,5% da receita operacional líquida. Por outro lado, houve também um decréscimo de 8,5% das despesas operacionais resultante, basicamente, da combinação dos seguintes fatos:

- a) Redução de 0,8% das despesas com pessoal e benefícios, em face da queda de 4,1% do total das remunerações, que é o principal componente das despesas. O percentual da folha de pagamento em relação à receita líquida retrocedeu de 76%, em 2016, para 68% em 2017;
- b) Redução de R\$ 169 milhões das despesas judiciais, resultante de melhorias implementadas na gestão das ações judiciais, inclusive quanto à efetivação de acordos trabalhistas por ocasião da liquidação de processos;
- c) Recuo das despesas de locação de software e de hardware (5,1%), serviços de telecomunicações (48,9%) e serviços profissionais contratados (7,1%), que resultaram numa economia de R\$ 46,5 milhões, em face de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais; e
- d) Resultado financeiro relativamente equilibrado, com impacto positivo de R\$ 37 milhões sobre o resultado

No que se refere ao patrimônio líquido (PL), a ampliação de R\$ 226 milhões deveu-se aos seguintes eventos: i. Lucro líquido de R\$ 123 milhões; e

ii. Reavaliação atuarial dos benefícios pós-emprego junto ao plano de previdência complementar, o que implicou na redução do passivo, cuja contrapartida líquida resultou na ampliação de R\$ 103,1 milhões do PL.

Em termos financeiros, o índice de liquidez corrente alcançou o equilíbrio no último bimestre de 2017, o que significa que as disponibilidades de recursos, a curto prazo, tornaram-se suficientes para cobrir as obrigações a pagar no horizonte dos próximos 12 meses. Esta melhoria de liquidez deveu-se ao acréscimo, em média, das disponibilidades mensais de caixa, que tornou possível reduzir o passivo circulante, especialmente as obrigações junto aos fornecedores.

Adicionalmente, a melhoria de desempenho da margem EBITDA refletiu a expansão da receita operacional líquida, assim como a redução das despesas operacionais, em especial as de natureza judicial e serviços de comunicações.

5. Negócios e serviços

O Serpro investiu na ampliação de seus negócios com um novo posicionamento empresarial e continua como protagonista da modernização do Estado brasileiro, oferecendo soluções digitais de alto valor agregado.

Desde 2016, a empresa trabalha com portfolio de soluções estruturado em três linhas de negócios - Serviços Sob Medida, Serviços de Informação e Serviços em Nuvem. Para tanto, envida esforços com o objetivo de ampliar sua visão de mercado, manter e conquistar novos clientes, estabelecendo parcerias e desenvolvendo soluções de interesse de todos os segmentos de mercado, que agreguem benefícios para a sociedade e tragam inovação no uso dos dados de governo.

As linhas de negócio mantêm as mesmas características de segurança e confiabilidade que acompanham a marca Serpro, oferecendo soluções inovadoras e cada vez mais eficazes.

Em 2017, foi ampliada a base de clientes, passando de 1.048 para 1.569 clientes com contratos ativos. Com relação a novas fontes de receita, cabe destacar o faturamento de R\$ 227 milhões referentes a serviços prestados para clientes que não são vinculados ao Orçamento Geral da União - OGU.

São listados, a seguir, os principais serviços implementados em 2017, agrupados por cliente. Os serviços multiclientes são citados no item 2. Principais realizações de 2017.

Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB

Órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, responsável pela formulação de política tributária e pelo combate à sonegação fiscal, ao contrabando e à fraude comercial, bem como atos ilícitos relacionados ao comércio internacional. Essa Secretaria também administra os tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e os que incidem sobre o comércio exterior.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Pedido de	Nova versão do Pedido de Regularização de CPF via internet no sítio da
Regularização de CPF	RFB. Acrescida a possibilidade de atualizar dados cadastrais de CPF, tais
via Internet	como nome, endereço e telefone. Incrementado também o <i>QR Code</i> nos novos modelos de comprovantes de inscrição e situação cadastral do CPF.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas	Implantação do sistema Débito Automático da Rede Arrecadadora – DARA, parte do projeto "Sistema de Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas", constante do ACT – Sebrae. O DARA é um sistema novo que permite aos contribuintes cadastrarem seus domicílios bancários que poderão ser utilizados por diversos sistemas que aceitem a modalidade de pagamento via débito automático em conta-corrente para quitação de tributos.
Pagamento Online	"Sistema de Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas", constante do ACT – Sebrae. Nova versão do sistema Comprovante de Pagamento, que passou a ser apresentado para o contribuinte, de forma imediata, logo após a confirmação do débito em conta online, permitindo verificação de autenticidade no sítio da RFB.
Parcelamento MEI - ACT SEBRAE	A implantação disponibilizou duas modalidades de parcelamentos, ordinário e especial, disponível no Portal do Simples Nacional e também no Portal e-CAC. Espera-se que sejam concedidos aproximadamente 600.000 novos parcelamentos por meio desta solução. O parcelamento especial deve impactar positivamente o volume da arrecadação, com expectativa de atingir 1,3 bilhão de reais em 5 anos, assim como impedir a exclusão dos contribuintes do Simples Nacional do Microempreendedor Individual – MEI por inadimplência. Também faz parte do escopo deste produto a carga de débitos de MEI que até então não eram controlados em sistemas de cobrança da RFB (cerca de 130 milhões de débitos).
Portal Único de Comércio Exterior – Modais Marítimo e Rodoviário	Novo pacote de produtos do PUCOMEX — Portal Único do Comércio Exterior. O Programa Portal Único de Comércio Exterior é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, de forma a torná-los mais eficientes e integrados entre todos os intervenientes do Comércio Exterior. A integração dos órgãos que atuam em recintos alfandegados, em particular nas inspeções físicas, reduzindo os tempos de importações e exportações sujeitas à intervenção de mais de um deles. Com esta implantação foram disponibilizados os modais marítimo e rodoviário no Novo Processo de Exportações, e a tela da Declaração Única de Exportação.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Órgão que tem como missão principal gerenciar as contas públicas, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público. É parte integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, sendo o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
DARF Numerado – Evolução SIAFI	Evolução no SIAFI para permitir a realização do pagamento de contribuições tributárias não-previdenciárias por meio de DARF numerado.
Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM	Sistema para envio e análise dos pleitos de operações de crédito dos entes da Federação e preenchimento do Cadastro da Dívida Pública - CDP, com vistas a dar agilidade e eficiência, transparência, segurança e confiabilidade ao processo de contratação de operações de crédito.
Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC	Evolução do CAUC, que auxilia a Secretaria do Tesouro Nacional no gerenciamento e divulgação dos dados disponíveis nos cadastros de adimplência dos entes federados, para oferecer interface moderna e responsiva.

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

Órgão que tem como competência, delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda - MF, no tocante à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência, o bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico

SERVIÇO
Sistema de Controle de Promoções Comerciais — SCPC

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Órgão da estrutura do Governo Federal responsável pelas políticas de gestão da administração pública federal, com vistas a fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.



SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Integrado da Administração de Recursos Humanos – SIAPE	Implantação do módulo PDV 2017, permitindo redução de jornada de trabalho, licença incentivada e demissão voluntária. Evoluções no pagamento de consignações parciais e no cálculo automático das gratificações de desempenho, bem como acertos gerais do arquivo de crédito para atender necessidades dos bancos.
Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE	Implantada versão do Gerenciamento Eletrônico de Documentos, que disponibiliza arquivos digitalizados armazenados no Sistema Eletrônico de Informações — SEI. Implantação do módulo Requerimento, que informatiza o processo de requerimentos. Evoluções no módulo Posto de Trabalho e Aprendizagem para atender os regimes jurídicos Professor Temporário, Celetista, Regime Militar e Estagiário. Novas funcionalidades do SIGEPE-Mobile - simulador de consignações e autorização de consignatárias e informações sobre férias.
Sistema de Gestão do Patrimônio da União – SPU	Implantação da emissão de DARF patrimonial, consulta de dados financeiros, consulta de dados cadastrais, emissão de certidões, cálculo de laudêmio, Certidão de Autorização para Transferência – CAT.
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	Implantação da desburocratização no cadastramento de fornecedores.
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	Nova versão viabilizou o controle efetivo do quantitativo limite para adesões a atas do Sistema de Registro de Preços – SRP. Possibilitou o remanejamento de itens entre participante e não participante em atas de registro de preço e fluxo de adesão dos caronas. Disponibilizado do controle de contratos com gastos plurianuais e despesas de caráter continuado no cronograma de previsão de empenho.
Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP	Implantação do módulo <i>round trip</i> , com maiores possibilidades para a seleção de voos.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda - SPOA/MF

Órgão da estrutura do Governo Federal que tem por função administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de documentação e arquivos, no âmbito do Ministério da Fazenda.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Integrado de Gestão	Sistema Integrado de Gestão do Processo Orçamentário do Ministério
do Processo Orçamentário do	da Fazenda - SIGPRO. Atualizado com informações em D-1 do
Ministério da Fazenda –	SIAFI, proporciona aos gestores visão dos Limites de Movimentação
SIGPRO	e Empenho – LME e créditos disponíveis.

Ministério da Justica

Órgão da estrutura do Governo Federal responsável pela defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais, pela segurança pública, pela defesa da ordem econômica nacional e direitos do consumidor, além da prevenção e da repressão à lavagem de dinheiro.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos – PPE	Implantação da solução em oito estados brasileiros. Inclusão de outros procedimentos policiais (TCO, BOC, IP, APF, AIAI, AAFAI) com possibilidade de registro e controle das investigações de todo o tipo de crime.
Sistema de Informações de Segurança Pública – INFOSEG	Implantação da Consulta por Lote, que permite a consulta por meio do <i>upload</i> de arquivo contendo grande volume de dados. Busca avançada e integração dos registros de diversas bases, como Desaparecidos, Depen-Siapen, Rais-Trabalhador e Rais-Estabelecimento.
Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN	Implantação dos módulos de Informações Penitenciárias e Segurança, módulo Custodiado, módulo de Gestão Prisional. Publicação do Tutorial do módulo de Informações Penitenciárias, Controle de Acesso e Custodiado.

Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ

Instituição policial brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça, cuja função, de acordo com a Constituição de 1988, é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, bem como dos bens e interesses da União, exercendo atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, repressão ao tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, e exercendo com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Nacional de Passaportes – SINPA	Integração para validação de informações on-line com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com o Serviço Militar – SERMIL.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Tráfego Internacional – STI	Adequação à nova lei de migração em novembro de 2017. Módulo de Alertas e Restrições – Integração com MRE para verificação de vistos denegados.
Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP	Implantação de mecanismo de controle de cobrança de multas e implantação de novo fluxo de processos de atos constitutivos.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Órgão da Administração Federal que tem como missão prover justiça fiscal e assegurar recursos à sociedade com integridade e respeito ao cidadão

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Parcelamento Parametrizado — SISPAR	Implementado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Medida Provisória 783/2017, Lei nº 13.496/2017).
Sistema de Cobrança Administrativa – COBRA	Versão 1.0 do Sistema de Cobrança Administrativa.

Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN

Órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito, sendo uma autarquia ligada ao Ministério das Cidades – MCID. Tem como objetivo principal fiscalizar e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como supervisionar e coordenar os órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito.

O Serpro provê ao DENATRAN a tecnologia responsável pela administração, dentre outras, de três bases de dados nacionais: o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, o Registro Nacional de Condutores Habilitados – Renach e o Registro Nacional de Infrações – Renainf.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Controle e Emissão de Certificados de Segurança Veicular – SISCSV	Sistema para realização de inspeções veiculares. Mantém os registros e as imagens das inspeções realizadas para emissão do Certificado de Segurança Veicular. Utilizado pelos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal e pelas mais de 350 empresas credenciadas pelo DENATRAN.
Registro Nacional de Infrações – Renainf 2.0	Nova versão do sistema de Registro Nacional de Infrações – Renainf, que permite o recebimento de todas as infrações de trânsito registradas pelos órgãos autuadores.
Renainf 2.0 <i>Batch —</i> Processamento de Arquivos	A pedido do Detran-SP, que possui grande volume de infrações, foi implementado processamento em lote, para reduzir o processamento de transações em horários de pico. Instrumental para adesão do Detran-SP ao Renainf 2.0.
<i>QR-Code</i> na Carteira Nacional de Habilitação – CNH	Agregado novo item de segurança à CNH impressa: código bidimensional (<i>QR-Code</i>) com a foto do condutor, todos os dados variáveis da CNH, a assinatura do condutor e a assinatura do Emissor. Essa solução possibilita a validação da integridade dos dados e imagem da CNH por meio de um aplicativo móvel oficial, o Lince, desenvolvido pelo Serpro.
CNH Digital	Primeiro documento eletrônico do Brasil, a CNH Digital é uma solução tecnológica embarcada em um aplicativo móvel disponível para download nas plataformas Android e iOS, que permite ao cidadão portar a Carteira Nacional de Habilitação em sua forma eletrônica.
Painel de Informações de Exames Toxicológicos	Painel de Informações de Exames Toxicológicos, composto por informações estatísticas das bases de dados do DENATRAN. Ele pode ser contratado por outras entidades interessadas que precisem de acesso ao mesmo tipo de informação.
Banco de Imagens do Renainf	Webservice para receber imagens das infrações de trânsito autuadas por equipamentos eletrônicos, para exibição nas consultas de infrações dos sistemas do DENATRAN, especialmente o SNE.

6. Operações, infraestrutura e logística

Em continuidade ao que a empresa realizou nos anos anteriores, investiu-se em tecnologias que assegurem o pleno funcionamento do parque instalado e dos serviços para os clientes. Equipamentos de rede, como switches e balanceadores, foram substituídos no centro de dados, bem como realizados investimentos em mainframes, unidades de armazenamento e servidores. O segmento de segurança também foi contemplado com ferramentas que visam a proteção eficaz dos dados.

Os investimentos buscaram atender demandas prementes de manutenção de toda a empresa, mas também se destinaram à inovação e novas tecnologias que permitam que o Serpro se fortaleça como direcionador de soluções digitais para todo o Governo.

Infraestrutura operacional

Os investimentos no ambiente operacional em 2017 totalizaram cerca de R\$ 98 milhões, distribuídos nos diferentes segmentos de tecnologia:

Plataforma alta (mainframe): atualização da capacidade produtiva da plataforma mainframe, nos centros de dados em Brasília e São Paulo, bem como aquisição de uma unidade de virtualização de fitas magnéticas



OBJETO	Valor Total (milhões)		
Expansão do mainframe	R\$ 50		
Plataforma baixa: aquisição de servidores para atualizar p	parque e atender projetos e serviços.		
OBJETO	Valor Total (milhões)		
Aquisição de servidores	RS 4		

ISSN 1677-7042

Infraestrutura de rede: modernização da infraestrutura de rede, acompanhando a atualização tecnológica dos centros de dados

ОВЈЕТО	Valor Total (milhões)
Equipamentos para infraestrutura de rede	R\$ 20

Armazenamento: aquisição de armazenamento de conteúdo fixo para migração de conteúdo e para atender o crescimento de serviços como o Sistema Público de Escrituração Contábil - SPED, o Escrituração Digital Contábil - EFD, e-Financeira, o Sistema de Coleta de Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias - eSocial, o Portal Único Comércio Exterior - PUCOMEX, a Coleta Nacional - Controle de Obrigações Acessórias, o Sistema de Controle de Isenção de Imposto IPI e IOF - Sisen, Controle de Crédito PIS/COFINS-EFD, Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, Consultar Processos Digitais - e-Processo.

ОВЈЕТО	Valor Total (milhões)
Aquisição de armazenamento em disco	R\$ 5

Segurança: os investimentos em segurança da informação privilegiaram a adoção de medidas de proteção mais eficientes para o grande volume de dados sob guarda da empresa, redução do risco de prejuízos de imagem dos clientes e do Serpro, e maior confiabilidade às ações de perícia técnica em apoio a auditorias e sindicâncias.

ОВЈЕТО	Valor Total (milhões)
Soluções de segurança	R\$ 10

Licenças de software: relicenciamento e contratação de novas licenças

ОВЈЕТО	Valor Total (milhões)
Licenças de Software	R\$ 9

Infraestrutura logística

A atuação da área logística teve foco na prestação de serviços contínuos com custos menores e sem comprometer a qualidade. Foram adotadas ações de renegociação de preços dos processos de logística, alinhando-os à gestão de contratos terceirizados, buscando inovações e alternativas à prestação dos serviços. Os investimentos planejados somaram R\$4,1 milhões, sendo que o valor empenhado foi de R\$1,7 milhões.

7. Governança corporativa

A empresa deu continuidade, em 2017, à implantação e consolidação de boas práticas de governança e gestão iniciadas em 2016. As ações concentraram-se nos mecanismos, nos processos e nas estruturas para atender às determinações dos marcos regulatórios de governança para as empresas estatais — à Lei 13.303/2016, ao Decreto 8.945/2016 e às resoluções da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União — CGPAR (Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União — CGPAR.), além de diretrizes estratégicas dos colegiados de governança.

Um marco relevante de governança em 2017 foi a revisão do Estatuto Social do Serpro, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em março. Dentre as principais mudanças destacam-se:

Revisão dos órgãos estatutários, com a inclusão da Assembleia Geral e do Comitê de Elegibilidade;

Alteração da nomenclatura de Conselho Diretor para Conselho de Administração, tornando mais aderente à terminologia utilizada no mercado. Revisão das competências do Conselho de Administração, para modernizar a governança da empresa e atender às determinações legais;

Revisão da composição do Conselho de Administração incluindo membros independentes e representante dos empregados; e

Determinação quanto à independência de atuação da área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos.

A função gestão de riscos, controles internos e conformidade foi remodelada em 2016, com a criação de uma estrutura especializada e responsável por esses assuntos, bem como implantado o Comitê Estratégico de Governança, Riscos, Controles e Segurança da Informação. A Política de Gestão de Riscos, Controles e Conformidade segue o conceito das três linhas de defesa: os empregados e gestores de cada processo atuam na primeira linha, a área corporativa de gestão de riscos e controles interno atua na segunda linha e a auditoria interna atua na terceira linha de defesa. A política e a metodologia estão alinhadas com a norma internacional ISO 31.000 e as melhores práticas de mercado.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos, Controles e Conformidade, a metodologia de gestão de riscos e controles internos foi aplicada no ano de 2017 ao planejamento estratégico, aos projetos estratégicos e nos principais processos de exposição a riscos da empresa.

O Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro foi revisado em 2017. Para tanto, passou por processo de coleta de sugestões junto ao corpo funcional, visando ampliar o nível de conhecimento e comprometimento de empregados e gestores.

Fortalecendo o comprometimento com a integridade, a ética, a transparência e o alinhamento com as políticas públicas de governo, o Serpro aderiu ao Programa de Fomento à Integridade Pública – Profip. O programa é uma iniciativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU que tem o objetivo de incentivar e capacitar as entidades vinculadas ao Poder Executivo Federal a implementarem Programas de Integridade.

Para garantir a transparência das informações previstas na Lei de Acesso à Informação e na Lei 13.303/2016,

o portal do Serpro (www.serpro.gov.br) foi revisado, com destaque para a publicação das atas das reuniões da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Em novembro de 2017, o Serpro conquistou o certificado Índice de Governança-SEST Nível 2. O IG-SEST é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União. Das 48 estatais avaliadas pela SEST, o Serpro figura entre as 12 melhores empresas públicas da esfera federal.

A gestão corporativa foi aperfeiçoada com a implementação de competências e alçadas financeiras exercidas de modo compartilhado e colegiado. Outros fatos que colaboraram para melhoria da empresa fora, o aprimoramento dos normativos e do sistema de processo decisório, a definição de requisitos de designação para cargos de confiança e a implantação do orçamento gerencial.

A sistemática de remuneração atribuída aos empregados que exercem responsabilidades de natureza gerencial, de assessoramento ou de supervisão também foi revista. A nova metodologia procurou eliminar a subjetividade e a pessoalidade por meio da definição de critérios objetivos quanto à abrangência, à responsabilidade e ao risco das atividades realizadas, padronizando os valores de gratificação conforme esses critérios.

As demonstrações contábeis da empresa são elaboradas de acordo com as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as melhores práticas internacionais. Trimestralmente, as demonstrações são auditadas por uma empresa de auditoria independente e apreciadas pelos Conselhos Fiscal e de Administração.

Posteriormente, são submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e autorização para publicação.

Como destaque no âmbito de gestão de custos operacionais, foi realizado o programa de aposentadoria incentivada, que resultou na saída de mais de 900 empregados de junho de 2016 a dezembro de 2017, além de instituída a carga horária de seis horas, com adesão opcional e redução proporcional de salário. Obteve-se também uma redução de 20% da quantidade de funções comissionadas existentes em junho de 2016, sendo extintos órgãos do nível diretivo-estratégico da estrutura organizacional, o que gerou uma economia de mais de R\$ 10 milhões de junho de 2016 a dezembro de 2017.

Destacam-se, ainda, outros ganhos relacionados à gestão empresarial:

Fortalecimento do foco no cliente;

Redesenho da estrutura do nível tático-operacional, revisão das responsabilidades das unidades, centralização de atribuições afins e revisão das amplitudes de comando;

Ampliação do portfólio de negócios, com investimento em novos produtos e abertura de novos mercados;

Início da implementação de uma estratégia de TI bimodal, refletidas na reestruturação das áreas de operação; Organização das áreas de desenvolvimento de produtos multiclientes, sistemas sob medida e soluções corporativas;

Integração de áreas de gestão da transparência, ouvidoria e corregedoria, propiciando a atuação coordenada no combate de atos lesivos à gestão corporativa; e

Término da intervenção no Fundo Multipatrocinado - Serpros (entidade fechada de previdência complementar).

Além de todo o arcabouço legal que direciona e rege a atuação das empresas públicas, o Serpro segue o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Ações educacionais em governança corporativa

O Serpro, em 2017, promoveu diversas ações educacionais referentes à temática Governança Corporativa para os gestores e para o corpo funcional.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, foi ministrado, em novembro de 2017, o curso Melhores Práticas de Governança Corporativa para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Elegibilidade.

Como parte integrante da Grade Básica do Gestor - Ciclo 2017, destinada aos ocupantes de função de confiança de natureza gerencial, de assessoramento e de supervisão, foram ministradas as seguintes palestras: Gestão de Riscos e Controles Internos, Gestão Financeira, Integridade no Serpro - Conceitos Essenciais e Conformidade Institucional - Conceitos Básicos. Para o corpo funcional, foi realizada palestra com o tema Ética e Boa Governança no Setor Público.

O Serpro, em parceria com a Alliance for Integrity (Iniciativa global fomentada pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e implementada pela agência de cooperação alemã GIZ.) e a Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF, realizou, em outubro de 2017, o evento Debates para Integridade — Diálogo Público Privado, que teve como objetivo promover e discutir a temática integridade entre os órgãos públicos e empresas, parceiros de negócios e outros atores relevantes do sistema econômico.

Destacam-se, ainda, ações de comunicação interna por meio da disponibilização de vídeos de curta duração, gravados com auditores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, denominados Pílulas de Integridade. Foram veiculados 12 vídeos para os empregados e terceiros que prestam serviços à empresa, buscando sensibilizá-los para a importância dessa temática.

8. Gestão de pessoas

A empresa, ao longo do ano de 2017, realizou várias ações visando o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas. A capacitação dos empregados está sempre presente nos objetivos do Serpro, tendo sido realizadas diversas atividades, entre elas o Congresso Serpro de Tecnologia e Gestão Aplicadas ao Serviço Público — ConSerpro e a QuartaTec, um ciclo de palestras que aborda conceitos de tecnologias emergentes. Destacamse a seguir as principais ações de gestão de pessoas em 2017.

Teletrabalho

A modalidade teletrabalho foi suspensa temporariamente para adequação às novas exigências trazidas pelas alterações da CLT (Lei N° 13.467/2017), o que fez os empregados que aderiram a essa modalidade retornarem ao regime presencial. O novo desenho dessa modalidade está sendo reformulado, para o que foram coletadas sugestões dos empregados.

Políticas de diversidade

Realizada adequação da Política de Equidade de Gênero e Raça e Respeito à Diversidade, expandindo o escopo para abarcar ações institucionais de Respeito à Diversidade, tendo como referência o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.



Sistemas e processos

Para cumprimento de exigências legais impostas pelo eSocial, foram implantadas adaptações dos sistemas internos e revisão cadastral dos dados do Sistemas de Gestão de Pessoas – SGP. Ainda sob o tema de regulamentação de processos, foi entregue a primeira etapa do novo Sistema de Controle de Frequência – SISCOPWEB, que abrange as regionais de Belém, Florianópolis e as áreas de gestão de pessoas das regionais de Salvador e Porto Alegre.

No ano de 2017, as principais melhorias em Gestão de Pessoas foram as seguintes:

Atualização do processo de promoção por mérito dos empregados regidos pelo Plano de Gestão de Carreiras do Serpro-PGCS;

Instituição de requisitos mínimos para acesso às funções de confiança;

Alinhamento do processo do Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do Serpro – GDES com o cronograma da estratégia empresarial;

Ações educacionais vinculadas ao planejamento estratégico: capacitação em atendimento, comercialização e negociação;

Ciclo de Ações Educacionais com destaque para a capacitação em novas competências organizacionais e funcionais;

Criação da ferramenta "Meu Painel", acessível via Intranet, para os empregados acompanharem a evolução das ações educacionais que realizam;

Realização de edições do QuartaTec, evento relacionado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação — PDTI, para ampliar o conhecimento dos profissionais de TI em tecnologias emergentes e fomentar o crescimento acadêmico;

Realização do 13º Congresso Serpro de Tecnologia e Gestão aplicadas a Serviços Públicos – ConSerpro, que dá visibilidade e oportunidade de mostrar competências internas e o potencial criativo e inovador dos empregados e equipes;

Lançamento da plataforma gamificada "Meu Serpro", para estimular a participação dos empregados no processo de planeiamento estratégico.

Módulo de incentivo a Ações de Preparação para Aposentadoria - APA

O programa de incentivo à aposentadoria foi lançado para reduzir os custos fixos de mão de obra. A ação permitiu o desligamento incentivado de 333 empregados em 2017, totalizando 965 desligamentos desde o início do módulo, em 2016:

Economia APA 2017	R\$ 101.209.206,11
Despesa de Pessoal	R\$ 1.619.787.544,27
Despesa + Economia	R\$ 1.720.996.750,38
% Economia APA 2017	5,88%

Perfil dos empregados do Serpro

		2016	2017
Empregados		10.039	9.602
	Feminino	4.137	3.897
	Masculino	5.902	5.705
Escolaridade	3	10.039	9.602
	Ensino fundamental	329	304
	Ensino médio	3.565	3.323
	Ensino superior	5.129	4.973
	Especialização, Mestrado e Doutorado	1.016	1.002

9. Governança e inovação em Tecnologia da Informação (TI)

 $\label{eq:model} Em~2017,~o~Serpro~elaborou~o~Plano~Estratégico~de~TI-PETI~e~o~Plano~Diretor~de~TI-PDTI,~bem~como~formalizou~o~Comitê~de~Governança~de~TI,~conforme~orientação~da~Resolução~CGPAR~11/2016.$

O PETI permitiu definir diretrizes para suportar os objetivos estratégicos da empresa e direcionar as iniciativas de TI

O PDTI foi elaborado para dar transparência aos principais riscos e investimentos em tecnologia, definir as áreas e a força de trabalho de TI e para transformar a lista de resultados esperados em iniciativas, projetos e programas do portfólio de TI. O Comitê de TI priorizou as iniciativas conforme o orçamento estabelecido para 2017, com atenção especial às necessidades dos clientes, modernização tecnológica e inovação.

Por fim, foi revisto o processo de desenvolvimento de soluções corporativas do Serpro, para garantir os mesmos padrões de qualidade e eficiência alcançada nas soluções de clientes.

Inovação

O Serpro prospectou e disponibilizou novas tecnologias para impulsionar o desenvolvimento de soluções digitais para governo e sociedade, com uma atuação mais proativa, antecipando necessidades e melhor atendendo os clientes.

 $Em \ 2017, o \ Serpro \ implantou \ a \ API \ Serpro, uma \ plata forma \ gerenciadora \ de \ API. \ Esta \ plata forma \ serve \ para \ disponibilizar informações governamentais públicas para o setor privado.$

Na linha de inovação BigData foi entregue a Plataforma de Análise de Dados - GovData. Além do resultado comercial, o processo de construção do GovData proporcionou aos empregados especialização no tratamento de grandes fontes de dados, tanto aquelas tradicionalmente hospedadas na empresa, quanto em bases oriundas de diversos órgãos federais. Atualmente, cerca de 100 funcionários, de mais de 25 órgãos, foram capacitados na Plataforma GovData, colaborando parao avanço da administração pública.

Ainda em 2017, foram iniciados estudos para construção de serviços baseados em inteligência artificial. A proposta é criar uma camada de negócios para interação com APIs de computação cognitiva (Inteligência

Artificial, Aprendizado de Máquina e Aprendizagem Profunda). As principais vantagens dessa abordagem são preservar a inteligência de negócio dentro do Serpro, o sigilo dos dados e dar independência ao Serpro e seus clientes em relação aos fornecedores de computação cognitiva.

Dentro do contexto Aprendizado de Máquina, foi criado um framework para desenvolvimento de chatbots, possibilitando ao Serpro aprimorar os serviços ofertados a seus clientes. Esse framework foi usado na execução de dois projetos-pilotos: um chatbot para microempreendedores individuais, com orientações sobre abertura de empresas, e um chatbot sobre compras governamentais.

Está em fase de prospecção tecnológica a plataforma Serpro de Internet das Coisas – IoT. A partir dessa plataforma, o Serpro será capaz de atender a novas demandas de negócios no campo de IoT governamental.

Também em 2017 foi executado o projeto Laboratório Blockchain, que teve como objetivo prospectar soluções baseadas na Tecnologia de Livro-Caixa Distribuído (do inglês Distributed Ledger Technology — DLT, é um conceito de contabilidade que registra uma transação. A tecnologia de Blockchain é uma forma de construir blocos de transações que são replicadas em uma rede. A replicação massiva garante a fidelidade dos dados, já que é virtualmente inviável fraudar todos os nós de uma rede blockchain.) para habilitar o Serpro a prover o Blockchain como Serviço (do inglês Blockchain as a Service — BaaS). A tecnologia selecionada foi a Hyperledger Fabric 1.0, uma solução DLT de categoria empresarial, de código aberto. Esta é a mesma solução adotada pela IBM e Oracle, entre outras, conferindo ao Serpro a possibilidade de integrar nós criados em seu serviço de Blockchain com nós de redes construídas por estas outras empresas.

Outra iniciativa inovadora impulsionada pelo Serpro foi o desenvolvimento de tecnologia para permitir a oferta do serviço de certificado digital em nuvem. Essa nova modalidade de certificado digital, que foi normatizada na ICP-Brasil em novembro de 2017, permitirá obter o mesmo nível de segurança dos certificados armazenados em token criptográfico, porém sem a necessidade dos mesmos. As chaves ficarão armazenadas em nuvem e a autorização de uso será feita via dispositivos móveis, como smartphones e tablets. A tecnologia virou produto e está sendo comercializada.

10. Responsabilidade social

A seguir são apresentadas as principais ações e resultados do Serpro no âmbito da Responsabilidade Social durante o ano de 2017.

Menina de TI

O projeto Menina de TI foi criado, em 2015, para estimular o conhecimento de adolescentes meninas sobre as carreiras do mercado de TI, o aumento do número de meninas que ingressam em cursos e faculdades de TI e a entrada de um número crescente de mulheres no mercado de tecnologia. A primeira turma foi executada no Serpro em junho de 2016. As meninas adolescentes matriculadas no Ensino Médio e Ensino Técnico e mulheres matriculadas em curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são o público-alvo desse projeto, que está alinhado às políticas governamentais de inclusão de Gênero e Raça. O Serpro atualizou o projeto no ano de 2017 e iniciou uma negociação para parceria com o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Políticas para Mulheres a fim de implementar o projeto com esses órgãos a partir de 2018.

Telecentros

Espaço destinado a fornecer acesso à informação para que os cidadãos possam participar de políticas e programas informatizados de Governo, como o Portal do Empreendedor, ProUni, Enem, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Em 2017 o Serpro doou 67 equipamentos, atingindo a marca de 602 telecentros distribuídos em 10 estados da Federação. A quantidade de bens disponíveis para doação aos Telecentros diminuiu em 2017 em virtude da Lei 13.019/2014, que tornou obrigatório a chamada pública para doações à Sociedade Civil.

Espaço Serpro Cidadão

Espaço nas dependências das regionais, que disponibiliza à sociedade computadores conectados à Internet e locais de estudo, com utilização orientada e supervisionada por monitores. Em 2017, esse espaço contabilizou mais de 38 mil acessos.

Escola Serpro de inclusão digital

O ambiente virtual de aprendizagem foi desenvolvido em 2011 para oferecer cursos gratuitos a qualquer cidadão com acesso à Internet.

Há cinco anos a quantidade de alunos cadastrados cresce acima de 10% ao ano. Em 2017, havia 20.407 alunos cadastrados, 15% a mais que 2016.

Ações corporativas

O Serpro conduziu inúmeras ações corporativas de responsabilidade social em 2017, dentre elas:

Descarte de resíduos eletroeletrônicos

O Serpro desenvolveu, em 2017, uma campanha de incentivo ao descarte consciente, fazendo com que a sede e regionais hospedassem postos de recolhimento dos programas municipais de descarte responsável. Esse resíduo é encaminhado a um processamento especializado. Em 2017, foram recolhidos duas toneladas de lixo.

Recolhimento de pilhas

A sede do Serpro e a regional Brasília mantêm coleta permanente deste material. As pilhas são encaminhadas periodicamente ao Ministério do Meio Ambiente, para descarte ambientalmente correto. Em 2017, foram recolhidas 5.854 unidades.

Papa-Cartão

O Serpro em Brasília (sede e regional), colocou à disposição dos empregados o equipamento Papa-Cartão, uma parceria com a Câmara dos Deputados. No total, essas duas unidades trituraram mais de 5.500 cartões, posteriormente encaminhados para reciclagem.

Campanha 1 Copo por Dia

A meta dessa campanha era reduzir o consumo de copos plásticos por meio da conscientização dos empregados. Entre julho e agosto de 2017, a campanha obteve uma redução de 42% na quantidade de copos consumidos, reduzindo-se de cerca de 475 mil copos em junho de 2017 para, aproximadamente, 273 mil copos em agosto.



Agradecimentos

ISSN 1677-7042

Agradecemos a dedicação e comprometimento dos empregados, administradores, conselheiros e órgãos de supervisão, bem como a confiança de nossos clientes e da sociedade.

Administradores

Conselho de Administração PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Nerylson Lima da Silva Nina Maria Arcela

Iêda Aparecida de Moura Cagni Igor Montezuma Sales Farias Maria da Glória Guimarães dos Santos Marcelo Daniel Pagotti

Diretoria-Executiva

DIRETORA-PRESIDENTE: Maria da Glória Guimarães dos Santos DIRETOR DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES: André de Cesero DIRETOR DE OPERAÇÕES: Iran Martins Porto Júnior DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Antônio de Pádua Ferreira Passos DIRETORA DE GOVERNANÇA E GESTÃO: Izabel Cristina da Costa Freitas DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO: Antonio Luiz Fuschino

Balanço Patrimonial

		5.5 (110.00)	Em milhares de R\$
Ativo	NE	2017	2016
Circulante		726.739,0	621.382,6
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	232.780,5	252.297,8
. Ativos Financeiros		265,7	262,3
. Créditos a Receber		391.467,0	200.423,7
Clientes	6	336.880,0	134.725,3
Ressarcimento de Pessoal	7	53.250,6	64.406,8
Créditos Diversos a Receber		1.336,4	1.291,5
. Créditos Tributários	8	95.909,6	164.015,5
. Bens e Valores em Circulação		556,3	667,4
. Despesas Antecipadas		5.759,9	3.715,8
Ativo não circulante mantido para venda *		246,0	246,0
Não Circulante		2.861.532,5	3.024.411,5
. Realizável a Longo Prazo		2.300.836,7	2.416.622,8
Depósitos Judiciais e Recursais	9	280.146,8	262.342,0
Ressarcimento de Pessoal	10	1.545.064,3	1.636.108,0
Créditos Tributários	11	415.273,6	457.701,5
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.246,8	60.366,2
Outros Ativos		105,1	105,1
. Imobilizado	14	494.540,0	492.621,8
. Intangível	15	66.155,8	115.166,9
Total do Ativo		3.588.517,5	3.646.040,1
Passivo	NE	2017	2016
Circulante		725.540,7	805.023,6
. Consignações	16	65.997,4	76.626,7
. Tributos e Encargos Sociais	17	119.336,1	94.545,5

			Em milhares de F
Passivo	NE	2017	2016
. Depósitos Diversas Origens		990,8	977,5
. Obrigações a Pagar		539.216,4	632.873,8
Fornecedores	19	186.309,1	307.999,9
Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	20	316.089,8	280.238,6
Plano de Previdência Complementar		36.631,6	44.627,5
Outras Obrigações		185,9	7,8
Não Circulante		2.226.405,0	2.430.541,7
Fornecedores		118,0	1.455,0
Obrigações Tributárias	21	71.471,3	91.232,7
Provisões Trabalhistas e Cíveis	22	1.643.979,3	1.754.564,2
Plano de Previdência Complementar	25	509.127,8	579.397,3
Receita Diferida		1.212,5	3.396,3
Outras Obrigações		496,1	496,1
Patrimônio líquido		636.571,8	410.474,8
. Capital	23.1	1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas de Reavaliação	23.2	138.214,2	138.214,2
. Outros Resultados Abrangentes	30.1.5	(376.030,8)	(479.133,2)
. Lucros/Prejuízos Acumulados	23.3	(186.616,4)	(309.611,0)
Total do Passivo		3.588.517,5	3.646.040,1

(*) O valor do ativo não circulante mantido para venda foi reclassificado retrospectivamente, uma vez que estava indevidamente registrado como propriedade para investimento no exercício

Demonstração do Resultado do Exercício

e-schröde fünden ich auf der 1 da 🗗 in Andersannen eine Stiften übert für dach nache Stütze auch der Andersannen Februari	2010 to		Em milhares de R\$
	NE	2017	2016
Receita Operacional Líquida		2.382.900,6	2.138.332,7
Custo dos Serviços Prestados	24.2	(1.113.704,2)	(1.118.442,7)
Lucro Bruto		1.269.196,4	1.019.890,0
Despesas Operacionais (exceto re- sultado financeiro)		(1.094.843,0)	(1.205.726,6)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(881.108,6)	(839.474,9)
Depreciação e Amortização		(50.429,9)	(44.718,5)
Locação		(24.010,5)	(19.603,8)
Manutenção		(54.924,5)	(41.694,3)
Serviços de Comunicação		-	(2.103,6)
Serviços Profissionais e Contratados		(42.890,5)	(47.242,0)
Serviços Públicos		(16.901,1)	(14.840,6)
Resultado com Créditos a Receber		(4.673,2)	(8.004,4)
Despesas Tributárias Diversas		(3.843,2)	(4.279,0)
Materiais		(5.158,8)	(4.295,7)



Demonstração do Resultado	do Exercício	(Em mi	lhares de R\$	Demonstração do Fluxos de Caixa				
		NE	2017	201		and the state of t			Em milh	ares de R\$
Outras Despesas/Receitas			5.531,0	6.966,4				2017	2016	
Resultado com Ações Judicia	is		(17.433,7)	(186.4				2017	2010	(1)
Resultado Financeiro			641,0	(37.24	2,5)	Atividades Operacionais				
Resultado antes dos tributos lucro	s sobre o	1	174.994,4	(223.0	79,3)	Recebimentos de Clientes		2.554.30	100	350
Tributos sobre o lucro			(51.880,3)	60.768	.3	Recebimentos de Clientes – exercícios a	nteriores	125.931,	1 386.414,	,9
Tributos correntes			(62.564,0)			Ressarcimento de Pessoal Requisitado		276.716,0	256.145,	,2
Tributos diferidos		_ 1	10.683,7	60.768	,3	Outros Recebimentos		49.295,1	36.863,1	
Lucro/Prejuízo Líquido do l	Exercício	1	123.114,1	(162.3	11,0)	Receita de Compensação Tributária		160.242,	7 134.950,	,4
As Demonstrações devem ser	lidas conjunta	amente com	as Notas Expli	cativas		Tributos e Encargos – inclusive compen	sação tributária	(642.945	,6) (594.723	3,0)
Demonstração da Mutação d	do Patrimônio	Líquido				Pessoal e Encargos – inclusive compens	ação tributária	(1.874.52	28,1) (1.939.2	40,1)
	C!4-1	Doggwyg	I wanta an	Outros Re-	milhares de R\$ Patrimônio	Sentenças Judiciais		(47.742,9	(50.817,	1)
	Capital	Reserva de Reava- liação	Lucros ou Prejuízos Acumula-	sultados Abrangen-	Líquido	Pagamentos a Fornecedores		(486.776	,0) (370.285	5,8)
Saldo em 01 de janeiro			dos	tes		Caixa líquido proveniente das atividad nais (a)	des operacio-	114.493,	7 323.811,	,9
de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(245.138,6)	(149.896,7)	804.183,8	Atividades de Investimentos				
Lucros/Prejuízos Líquido			(64.472,4)		(64.472,4)	Imobilizado/ Intangível		(134.011	,0) (127.051	1.9)
Resultado Líquido do Perí- odo			(162.311,0)		(162.311,0)	Caixa líquido proveniente das atividad	des de inves-	Accession and the second		
Ajustes de Passivos Atua- riais			148.240,3		148.240,3	timento (b)		(134.011,	,0) (127.051	1,9)
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais			(50.401,7)		(50.401,7)	Movimentação líquida de caixa e equi xa (a) + (b)	valente de cai-	(19.517,4	196.760,	,0
Outros Resultados				(329.236,5)	(329.236,5)	Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de	e Caixa	252.297,	8 55.537,9)
Abrangentes Ajustes de Instrumentos				(519,7)	(519,7)	Saldo final – Caixa e Equivalentes de	Caixa	232.780,	5 252.297,	,8
Financeiros Ajustes de Passivos Atua-				(319,7)	(315,7)	As Demonstrações devem ser lidas conju	intamente com as N	otas Explicati	vas	
riais				(498.055,7)	(498.055,7)	Demonstração do Valor Adicionado				
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				169.339,0	169.339,0				Em milhar	rac da D¢
Saldo em 31 de dezem- bro de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,9		2017	%	2016	%
	Capital	Reserva	Lucros ou	Outros Re-	Patrimônio	Receitas	2.923.851,15	119,53	2.592.640,62	134,33
		de Reava- liação	- Prejuízos Acumula-	sultados Abrangen-	Líquido	Vendas de Serviços	2.931.812,69	119,85	2.605.219,28	134,98
		пақао	dos	tes		Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.673,19)	(0,19)	(8.004,40)	(0,41)
Saldo em 01 janeiro de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,8	Descontos Concedidos	(1.882,32)	(0,08)	(1.132,84)	(0,06)
Ajuste de Exercícios Ante- riores			(119,4)		(119,4)	Vendas Canceladas	(1.406,04)	(0,06)	(3.441,41)	(0,18)
Saldo em 01 janeiro de 2017 ajustado	1.061.004,8	138.214,2	(309.730,5)	(479.133,2)	410.355,4	Insumos adquiridos de terceiros	(336.671,06)	(13,76)	(347.681,12)	(18,01)
Lucros/Prejuízos Líquido			123,114,1	103.102,3	226.216,4	Valor adicionado bruto	2.587.180,08	105,76	2.244.959,50	116,31
Resultado Líquido do Perí- odo			123.114,1		123.114,1	Retenções	(159.796,01)	(6,53)	(327.706,00)	(16,98)
Outros Resultados Abrangentes				103.102,3	103.102,3	Depreciações e Amortizações	(142.362,31)	(5,82)	(141.269,78)	(7,32)
Ajustes de Instrumentos Financeiros				3,4	3,4	Resultados com Ações Judiciais	(17.433,70)	(0,71)	(186.436,22)	(9,66)
Ajustes de Passivos Atua- riais				156.210,6	156.210,6	Valor adicionado líquido	2.427.384,08	99,23	1.917.253,50	99,34
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				(53.111,6)	(53.111,6)			,		,-
Saldo em 31 de Dezem-	1.061.004,8	138.214,2	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,8	Recebido de terceiros	18.818,64	0,77	12.829,58	0,66
bro de 2017	1.001.00.,0		,							

Diário Oficial da União - Seção 1



Demonstração do Valor Adicionado Em milhares de R\$ 2017 % 2016 Valor adicionado total a distribuir 2.446.202,72 1.930.083,08 100.00 100.00 Distribuição do valor adicionado Empregados (Salários, Encargos e 1.616.547,81 1.565.101,55 67.00 81.09 Beneficios) Governo (Impostos e Contribui-673.075,73 527.292,52 27 90 27.32 Capitais de Terceiros 0.00 0,00 0.00 0.00 Capital Próprio 123.114.08 (162.310,99)(8,41)5.10 Lucros/Prejuízos Retidos 123.114,08 (162.310.99)5.10 (8,41)Distribuição do valor adicionado 2.412.737,62 1.930.083,08 100,00 100,00

ISSN 1677-7042

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes		
		Em milhares de R\$
	2017	2016
Resultado líquido do Período	123.114,1	(162.311,0)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	103.102,3	(329.236,5)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	3,4	(519,7)
Ajustes de Passivos Atuariais	156.210,6	(498.055,7)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	(53.111,6)	169.339,0
Resultado Abrangente no Período	226.216,4	(491.547,5)

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA1-CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 21 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 27 de março de 2017. O SERPRO tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

A partir de 2016 a Empresa estruturou seu portfólio de soluções em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- Serviços sob Medida: caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- Serviços de Informação: voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- Serviços em Nuvem: direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de

recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

Em 2017, o SERPRO desenvolveu produtos e serviços para as três linhas de negócio, e que mudaram a vida do cidadão, aprimoraram a gestão pública e contribuíram para a melhoria do ambiente de negócios do país.

É possível destacar as novas implementações no eSocial e maior agilidade nos processos de exportações e importações, com novas funcionalidades do Portal Único de Comércio Exterior. O SERPRO atua também como desenvolvedor de todas as soluções para atender ao Programa Empreender Mais Simples, iniciativa do governo federal para reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios para micro e pequenos empresários. O SERPRO atuou ainda na implementação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), solução web para garantir o mapeamento eficiente e melhorar a gestão do sistema penitenciário brasileiro. A capacidade de buscar inovações foi parte importante da estratégia da Empresa em 2017, como atestam a implementação de soluções móveis para os serviços de governo, como o lancamento da CNH Digital.

Os serviços prestados pela Empresa envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da Empresa a partir do novo modelo de planejamento é "ser líder em soluções digitais para governo e sociedade", tendo como missão "conectar governo e sociedade com soluções digitais".

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi autorizada pela Diretoria da Empresa em reunião realizada em 24 de janeiro de 2018. Após a sua emissão, somente a Assembleia Geral tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 05 de março de 2018, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos circulantes mantidos para venda; NE 6 e 12 – Créditos a receber de clientes; NE 14 – Imobilizado; NE 22 – Provisões trabalhistas e cíveis e NE 25 – Benefícios a empregados.

2.5 - Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados com diferentes níveis em uma hierarquia, baseada nas seguintes técnicas de avaliação:

i) nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

ii) nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis;

iii) nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período. Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos Circulantes mantidos para a venda e NE 14 – Imobilizado.



NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 - Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

3.2.1 - Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

Software adquirido, que seja parte da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte do ativo.

3.2.2 - Gastos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

3.2.3 - Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando-se o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, excetuando-se terrenos, que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações Equipamentos de processamento de dados Máquinas e equipamentos 2-5 anos Móveis e utensílios 3-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.2.4 - Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos gastos relacionados a obras realizadas até a data do balanço. À medida que forem concluídas e entrarem em operação, as obras serão reclassificadas em conta específica e submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

3.3 - Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.3.1 - Gastos subsequentes

São capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de software, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.3.2 - Amortização

O cálculo da amortização é realizado pelo método linear, baseado na vida útil dos itens, sendo reconhecido no

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Cessão de direito de uso de software 3-5 anos Licença de uso de software

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.4-Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se for altamente provável sua recuperação por meio de venda em vez de uso contínuo.

3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos a cada data de balanço, de modo a apurar se há ou não indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para fins de apuração do valor recuperável, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa (UGC), o que se deve ao fato de que 86,4% da receita provém dos serviços de processamento de dados

Em 2017, não houve registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Além disso, a Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício, somando-se ainda o fato de que não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade da Empresa.

Diante do exposto, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01 (R3)), portanto, não houve a realização do teste de impairment.

3.6 - Aplicação de novas normas

A partir de 2018, a Empresa deverá adotar o NBC TG 47, que introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, assim como por quanto será mensurada. Essa norma substitui as atuais para o reconhecimento de receitas, incluindo o NBC TG 30 (R1) - Receitas. Na aplicação da nova norma, a Empresa utilizará o método de efeito cumulativo, que consiste em evidenciar os saldos patrimoniais de abertura impactados.

3.7 - Receita Operacional

A Empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

As receitas com prestação de serviços, em sua maioria, advém dos serviços de processamento de dados (86,4%), tratando-se de serviços sob medida, que se caracterizam como de natureza continuada. Neste caso, o reconhecimento se dá continuamente, conforme previsão contratual. Os demais serviços, que são prestados sob demanda, a exemplo do desenvolvimento de software (7,6%) e suporte técnico e assistência técnica (5,1%), são reconhecidos à medida de sua execução.

3.8 - Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 - Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal, quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

3.10 - Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada anualmente por uma consultoria atuarial, utilizando-se o método de crédito unitário projetado. O cálculo da obrigação de cada um dos planos é realizado com base na estimativa do valor do benefício futuro, sendo descontado a valor presente e apresentado líquido de quaisquer ativos do plano.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo, são reconhecidas imediatamente em Outros Resultados Abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.11 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC – SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.12 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social correntes a pagar ou a recuperar são evidenciados no balanço patrimonial pelo valor líquido, considerando-se a diferença entre valores pagos (ativo) e devidos (passivo).

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e aqueles usados para fins de tributação. São mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias, quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas decretadas até a data do balanço.

3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Os valores vencidos há mais de 365 dias compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

Em milhares de R\$



3.14 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Empresa elabora a DVA (NBC TG 09), que é apresentada como parte integrante das demonstrações

ATIVO NOTA 4 - CAIXA E EOUIVALENTES DE CAIXA

Estão assim discriminados:

	Em milhares de R\$ 2016	
2017		
232.340,0	251.138,6	
440,5	1.159,3	
232.780,5	252.297,8	
	232.340,0 440,5	

4.1 - Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5-ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	Em milhares de R\$	
2017	2016	
9.864,9	9.864,9	
28,9	28,9	
(9.628,1)	(9.631,5)	
265,7	262,3	
	9.864,9 28,9 (9.628,1)	

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para

A partir de 1991, a Empresa passou a estimar as perdas prováveis (Decreto nº 101/1991), devido a considerável queda do valor das cotas, de modo a demonstrar o valor justo do ativo. Para fins fiscais, esta estimativa é

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos:

i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento; ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido. O valor das cotas é atualizado mensalmente pelo preço de fechamento da BOVESPA.

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2017, os créditos a receber de clientes alcançaram R\$ 360,4 milhões (R\$ 153,6 milhões em 2016), sendo apresentados no balanço deduzidos da PECLD, estimada em R\$ 23,5 milhões (R\$ 18,9 milhões em 2016).

				Em milhares de R\$
Descrição	2017	%	2016	%
Créditos a receber de clientes – a vencer	69.708,5	0,19	58.525,8	0,38
Créditos a receber de clientes – vencidos	290.667,9	0,81	95.094,6	0,62
Créditos a receber	360.376,4		153.620,4	
PECLD	(23.496,4)		(18.895,1)	
Total	336.880,0		134.725,3	

6.1 - Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda é estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes e de acordo com o risco de não recebimento. Em 2017, foi avaliada em R\$ 23,5 milhões (R\$ 18,9 milhões em 2016). De s de 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes, o que não ocorreu em 2017.

NOTA 7 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Ressarcimento PSE	46.805,7	64.406,8
Ressarcimento PSE – ACT	6.444,9	
Total	53.250,6	64.406,8

O SERPRO possui 2.495 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o

Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários e a apropriação por competência referente ao ACT 2017/2018. Os valores totalizam R\$ 53,3 milhões (R\$ 64,4 milhões em 2016), dos quais R\$ 8,5 milhões são referentes a exercícios anteriores.

NOTA8-CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 95,9 milhões (R\$ 164,1 milhões, em 2016), assim Em milhares de R\$

	Dill illimited de 1to	
2017	2016	
94.365,9	161.890,5	
1.543,7	1.543,7	
2	581,3	
95.909,6	164.015,5	
	94.365,9 1.543,7	

8.1-IRPJ e CSLL a compensar

O saldo acumulado em dezembro de 2017 (R\$ 94,4 milhões) representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ CSLL efetuada por clientes (R\$ 156,3 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (R\$ 62,0 milhões).

8.2 - PIS/PASEP e COFINS a compensar

O saldo de R\$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. A compensação desses créditos ainda não foi realizada, devido ao fato da RFB não ter homologado integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007..

Atualmente, o processo encontra-se no CARF, até posicionamento do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, que visa à disponibilidade do saldo remanescente.

8.3-IRPJ e CSLL a recuperar

O saldo destes tributos a recuperar (R\$ 581,3 mil), constituído sobre ajustes de exercícios anteriores no ano de 2015, foi baixado por tersido classificado como não recuperável.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA9-DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Descrição	2017	2016
Depósitos judiciais	234.621,24	221.198,44
Depósitos recursais	39.175,02	34.792,99
Ações fiscais	6.350,58	6.350,58
Total	280.146,8	262.342,0

O saldo de R\$ 280,1 milhões (R\$ 262,3 milhões em 2016) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação (IN RFB 787/2007).

NOTA 10 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL

NESSARCHALIATO DE LESSOALE		Em milhares de R\$	
Descrição	2017	2016	
(a) Apropriação por competência	39.007,8	37.338,8	
Férias	22.433,3	22.954,8	
Licença-prêmio	15.571,2	14.384,0	
Acordo Coletivo 2017/2018	1.003,3		
(b) Desembolsos sentenças judiciais (PSE)	155.534,3	149.748,2	
Processo Nº 2047/1989	121.172,5	120.820,2	
Processo Nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8	
Processo Nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3	
Processo Nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9	



		Em milhares de R\$	
Descrição	2017	2016	
Outros Processos	5.433,8	-	
(c) Provisões trabalhistas PSE	1.350.522,2	1.449.021,1	
Total (a) + (b) + (c)	1.545.064,3	1.636.108,1	

O saldo de R\$ 1,5 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, distribuído da seguinte

a) apropriações por competência de férias e licença prêmio (R\$ 39,0 milhões), computada a apropriação por competência do ACT 2017/2018 para essas rubricas, são classificadas no ativo não circulante até a emissão

b) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R\$ 155,5 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

c) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas ao quadro externo (PSE).

NOTA 11 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

	Em milhares de R\$	
2017	2016	
894.933,9	970.851,5	
479.660,3	513.149,9	
415.273,6	457.701,6	
	2017 894.933,9 479.660,3	

O saldo de R\$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (nota 18.3).

NOTA 12 CDÉDITOS A DECERED DE CLIENTES

NOTAT2-CREDITOS A RECEBER DE CLIENTES		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Créditos a receber de clientes	267.171,6	267.178,8
PECLD	(267.171,6)	(267.178,8)
Total	0,0	0,0

O valor de créditos a receber de clientes alcança R\$ 267,2 milhões, composto em sua integridade pelos créditos em avaliação de direito, que se encontram para solução de controvérsia entre o SERPRO e clientes

O saldo total é considerado como perdas estimadas (PECLD), atendendo a recomendação da CGU.

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	Em milhares de R\$	
2017	2016	
60.243,3	60.243,3	
3,5	122,9	
60.246,8	60.366,2	
	60.243,3 3,5	

13.1 - Créditos a Receber de EFPC - SERPROS

Trata-se de direito junto à EFPC no valor de R\$ 60,2 milhões, representado por Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. O ativo está reconhecido pelo valor incontroverso, do qual a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos. Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina (processo judicial nº 023.06.38548-0). O lançamento do valor incontroverso no balanço do SERPROS tomou por base parecer jurídico, concluindo não se tratar de ativo contingente.

NOTA 14-IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2017	Depreciação/ Amortização	2017	2016	
Edificios	143.090,7	(26.097,2)	116.993,6	114.614,3	

			Em	milhares de
Descrição	Saldo em 2017	Depreciação/ Amortização	2017	2016
Terrenos	67.029,7		67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	1.456,7		1.456,7	2.539,1
Obras em andamento	23.044,5		23.044,5	57.762,4
Instalações	122.841,5	(56.600,4)	66.241,1	44.542,9
Benfeitorias propriedade de ter - ceiros	1.934,9	(1.009,6)	925,3	699,4
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens Móveis	866.219,4	(664.048,9)	202.170,4	188.755,3
Total	1.244.827,1	(750.287,1)	494.540,0	492.621,8

14.1 - Movimentação do Imobilizado

Diário Oficial da União - Seção 1

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Adições	Alienações	Conclu - são de obras	Baixas	Saldo em 2017
Edificios	140.711,4			2.379,3		143.090,7
Terrenos	67.029,7					67.029,7
Estudos e pro- jetos	2.539,1	221,0		(469,0)	(834,4)	1.456,7
Obras em an- damento	57.762,4	1.194,9		(33.827,5)	(2.085,3)	23.044,5
Instalações Benfeitorias	90.833,1	178,1		31.835,3	(5,0)	122.841,5
propriedade de terceiros	1.366,4	486,6		81,9		1.934,9
IPC/90	19.209,6					19.209,6
Bens Móveis	822.639,9	84.696,8	(41.016,6)		(100,7)	866.219,4
Total	1.202.091,7	86.777,5	(41.016,6)	-	(3.025,4)	1.244.827,1

14.2 - Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação Acumulada	Alienações	Baixas	2017
Edifícios	(26.097,2)				(26.097,2)
Terrenos	0,0				0,0
Estudos e proje- tos	0,0				0,0
Obras em anda- mento	0,0				0,0
Instalações Benfeitorias pro-	(46.290,2)	(10.310,2)			(56.600,4)
priedade de ter- ceiros	(667,0)	(342,6)			(1.009,6)
Bens Móveis	(636.415,5)	(71.130,8)	40.966,3		(666.580,0)
Total	(709.469,9)	(81.783,6)	40.966,3	-	(750.287,1)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 15-INTANGÍVEL

		Em milhares de R\$
2016	Adições	2017
525.503,3	11.567,7	537.071,0
(410.336,4)	(60.578,8)	(470.915,2)
115.166,9	(49.011,1)	66.155,8
	525.503,3 (410.336,4)	525.503,3 11.567,7 (410.336,4) (60.578,8)

O saldo líquido do intangível no valor de R\$ 66,2 milhões corresponde a licenças de software e soluções empregadas na produção de serviços. Trata-se de software de terceiros com vida útil definida, reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização. A vida útil dos ativos é definida pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.



As unidades de Brasília e São Paulo concentram 95% do total do intangível (R\$ 66,1 milhões), constituindo-
se como os dois principais centros de dados da Empresa.

ISSN 1677-7042

					Em milhares de R
Descrição	%	Saldo em 2016	Amortização Acumulada	2017	2016
Brasília	56,7	284.139,9	(246.606,1)	37.533,8	59.528,3
São Paulo	38,4	210.165,7	(184.768,3)	25.397,4	50.362,3
Outros	4,9	42.765,4	(39.540,8)	3.224,6	5.276,3
Total		537.071,0	(470.915,2)	66.155,8	115.166,9
Descrição		240	2017		Em milhares de R\$ 2016
Descrição			2017		2016
Previdência S	Social		14.10	0,6	14.317,5
Pensão Alim	entícia		17,1		19,3
IRRF			14.395,4		14.298,9
Tributos Fed	erais Retic	los	22.95	66,2	32.696,0
ISS			1.544	-,8	2.207,3
Plano de Pre	vidência e	Assistência Médica	8.173	,2	8.300,0

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados (pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica), além de tributos retidos de

4.809,9

65.997,4

4.787,7

76.626,7

NOTA 17 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Empréstimos, Retenções e Consigatários

Total

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
ISS a Recolher	52.492,4	42.404,8
PIS-COFINS	40.573,6	28.262,5
INSS	18.206,9	15.800,6
FGTS	7.933,7	8.059,7
Outros tributos	129,5	17,9
Total	119.336,1	94.545,5

Os saldos do ISS a recolher e INSS contemplam também os valores correspondentes aos acordos de parcelamentos desses tributos, respectivamente, nos valores de R\$ 31,0 milhões (R\$ 26,4 milhões em 2016) e R\$ 2,9 milhões (R\$ 3,4 milhões em 2016), efetuados entre os exercícios de 2014 e 2017.

NOTA 18-IRPJe CSLL

18.1 - Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

A despesa de IRPJ e CSLL corrente confrontada com o lucro contábil do exercício (R\$ 175,0 milhões) resultou em uma alíquota efetiva de 35,4%, equivalente a R\$ 61,9 em virtude das adições e exclusões previstas na legislação tributária.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, o que resultou em R\$ 51,9 milhões em 2017, contrapondo-se ao valor positivo de R\$ 60,8 milhões apurado no exercício anterior.

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	174.994,4	(223.079,3)
(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação — 34%	59.498,1	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	2.484,6	60.768,3

		Em milhares de RS
Descrição	2017	2016
Incentivos fiscais	(1.986,2)	
Redução da base	(24,0)	2
Despesas e ganhos não tributáveis	(693,7)	~
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(5.495,2)	
Reversão de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL cons- tituído em ativo fiscal diferido	(21.930,3)	
Diferenças temporárias	32.614,0	60.768,3
Total * (a) + (b)	61.982,7	-
	01170217	
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva)	011502,7	
	011/02/	Em milhares de R
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva)	2017	Em milhares de R
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício		
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição	2017	
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição (a) Despesa corrente	2017 (62.564,0)	
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição (a) Despesa corrente Despesa de IRPJ e CSLL corrente	2017 (62.564,0) (61.982,7)	
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição (a) Despesa corrente Despesa de IRPJ e CSLL corrente Baixa de impostos não recuperável	2017 (62.564,0) (61.982,7) (581,3)	2016
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição (a) Despesa corrente Despesa de IRPJ e CSLL corrente Baixa de impostos não recuperável (b) Despesa diferida Reversão de prejuízos fiscais e base negativa constituído	2017 (62.564,0) (61.982,7) (581,3) 10.683,7	2016
* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva) 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício Descrição (a) Despesa corrente Despesa de IRPJ e CSLL corrente Baixa de impostos não recuperável (b) Despesa diferida Reversão de prejuízos fiscais e base negativa constituído em ativo fiscal diferido	2017 (62.564,0) (61.982,7) (581,3) 10.683,7 (21.930,3)	-

^{*} Resultado de Despesas IRPJ e CSLL, liquido de diferidos

18.3 - Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

O saldo de R\$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.

				Em milhares de R\$
Descrição*	Saldo em 2016	DRE	ORA	Saldo em 2017 **
(a) Ativo fiscal diferido	970.851,5	(22.806,0)	(53.111,6)	894.933,9
Provisões trabalhistas e cí- veis	596.551,8	(37.598,9)	<u>-</u>	558.952,9
Passivo atuarial	196.959,5	29.255,6	(53.111,6)	173.103,4
Perdas estimadas em crédi- tos de liquidação duvidosa	97.265,2	1.561,9		98.827,1
Licença-prêmio	32.420,6	4.329,0		36.749,6
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	2	14.198,3		14.198,3
Plano de previdência com- plementar	12.450,3	(2.621,4)	c	9.828,9
Provisão para perdas pro- váveis	3.226,6	47,0	-	3.273,6
Multas e juros	10.047,2	(10.047,2)		
Prejuízo fiscal e base nega- tiva csll	21.930,3	(21.930,3)	-	(4)
(b) Passivo fiscal diferido	(513.149,9)	33.489,6	-	(479.660,3)
Processos trabalhistas – PSE	(492.667,2)	33.489,6	ā	(459.177,6)
Provisão ativa - LFTSC	(20.482,7)	-	-	(20.482,7)
Total (a) + (b)	457.701,6	10.683,7	(53.111,6)	415.273,6

^{*} A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos. ** O saldo representa 34% do fato gerador.

18.4-Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL

Em dezembro de 2017, o saldo de crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL somava R\$ 544,5 milhões (R\$ 625,1 milhões em 2016). Essa redução resultou da compensação de R\$ 80,7 milhões do lucro tributável, o que representou um decréscimo de R\$ 27,4 milhões da despesa corrente do ano.

Os créditos tributários em questão não constam do ativo, podendo ser reconhecidos quando atenderem aos aspectos regulamentares e apresentarem efetiva perspectiva de realização.

NOTA 19-FORNECEDORES

				Em milhares de R
	2017	Nac aluan	2016	
Descrição	Circulante	Não circu- lante	Circulante	Não circulante
A vencer	128.708,7	118,0	128.641,5	1.455,00
Vencidas	0,0	=	135.213,1	,00
Acordo de parcelamento	57.600,4	-	44.145,2	,00
Total	186.309,1	118,0	307.999,8	1.455,0

NOTA 20 - PESSOALA PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

No conjunto dessas obrigações que perfazem R\$ 316,1 milhões (R\$ 280,2 milhões em 2016), registre-se que não há saldos a pagar no que tange aos incentivos do APA. Essas obrigações (R\$ 46,8 milhões), incluindo o saldo remanescente do programa em 2016, foram inteiramente liquidados no decorrer de 2017.

Além disso, consta deste grupo de contas a apropriação por competência da quantia de R\$ 49,2 milhões, referente ao ACT 2017/2018, em fase de negociação, o que foi feito com base no índice de inflação oficial. O reconhecimento tem caráter meramente contábil, uma vez que representa a melhor estimativa disponível, conforme observado nos exercícios anteriores.

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Pessoal a pagar	3.210,9	6.686,5
Apropriação por competência ACT	49.208,0	8-1
APA	-1	21.905,7
Processo Trabalhista a Pagar	2.000,0	127
Férias	153.583,9	154.958,0
Licença Prêmio	108.087,0	96.688,4
Total	316.089,8	280.238,6

20.1 - Obrigações com Pessoal - Férias e Licença Prêmio

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de

No encerramento do exercício de 2017, estimou-se que 16,28% dos empregados gozam o período de licençaprêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio usufruída, uma vez que a conversão desse benefício em pecúnia não gera incidência de impostos e encargos sociais

				Em milhares de R\$
Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Licença Prêmio	103.871,9	4.215,0	0,0	108.087,0
Férias	141.186,3	31.559,2	(19.161,6)	153.583,9
Total	245.058,2	35.774,3	(19.161,6)	261.670,9

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,41	14.614,15
INSS Renegociado	4.298,07	8.155,56
ISS Renegociado	53.410,86	68.463,02
Total	71.471,3	91.232,7

O conjunto dessas obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R\$ 71,5 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito, classificadas no ativo não circulante:

ii) INSS Patronal (R\$ 4,3 milhões), que representa o saldo vincendo após 12 meses de parcelamento desse tributo, renegociado pelo prazo de 35 meses. Somando-se a isto a quantia de R\$ 2,8 milhões que está classificada no passivo circulante, a dívida alcança de R\$ 7,1 milhões;

iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 53,4 milhões), que decorre de parcelamentos desse imposto pelo prazo de 60 meses. Cumpre esclarecer que a dívida consolidada perfaz R\$ 84,3 milhões, da qual R\$ 30,9 milhões está classificada no passivo circulante.

NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

		Em milhares de R\$	
Descrição	2017	2016	
Processos trabalhistas	1.642.863,5	1.754.267,0	
Processos cíveis	1.115,8	297,2	
Total	1.643.979,3	1.754.564,2	

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R\$ 1.644,0 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

Em 2017, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização dentro da normalidade esperada. Além disso foram iniciadas tratativas de propostas de acordos, que estão sendo feitas pela administração junto aos reclamantes de algumas ações, especialmente, as ações de maiores valores, o que gerou impacto positivo para o exercício de 2017, apontando uma tendência de diminuição para 2018.

O processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039, insere-se no bojo dos acordos, o qual se refere à reclamação trabalhista de 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB, que pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função. O valor provisionado deste processo reduziu de R\$ 1.439,1 milhões, em 2016, para R\$ 1.345,2 milhões em 2017. Destaque-se que a expectativa de reembolso integral está registrada no ativo não circulante, portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no Parecer nº GQ-56/1994 (http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8235).

Também estão em curso esforços para construção de acordo para a reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto é reintegração à Empresa. A provisão associada a esse processo variou de R\$ 117,1 milhões para R\$ 124,4 milhões no último ano. O aumento observado foi mitigado em R\$ 3,5 milhões, devido à realização de acordo parcial firmado entre o SERPRO e parte dos empregados do processo. Considerando-se que o acordo está pendente de autorização da AGU, o valor foi mantido em conta de provisão.

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

22.1 - Processos classificados como Possíveis ou Remotos de Execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 697 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, com estimativa total em torno de R\$ 62.1 milhões, dos quais o valor de R\$ 4,5 milhões refere-se ao quadro externo.

22.2 - Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015.

O SERPRO ajuizou ação civil ordinária nº 2658/DF junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada, concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do Auto de Infração nº 10.275/2010. O valor não foi reconhecido no passivo pelo fato deste processo não ser classificado como de provável execução

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 - Capital Social

O capital social do SERPRO perfaz R\$ 1.061,0 milhões, integralmente subscrito pela União, conforme consta do Art. 5º do Estatuto Social da Empresa, publicado no DOU em 27 de março de 2017. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária

23.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os imóveis não sofrem depreciação contábil (NE 14.2), uma vez que o SERPRO considera que os valores contábeis das edificações atingiram seus valores residuais.

O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

23.3 - Preiuízos acumulados

Em 2017, o lucro do exercício no valor de R\$ 123,1 milhões absorveu, parcialmente, o saldo de prejuízos acumulados que retrocedeu de R\$ 309,7 milhões para R\$ 186,6 milhões.



	Em milhares de R\$
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ajustado)	(309.730,5)
Lucro Líquido Acumulado	123.114,1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(186.616,4)

ISSN 1677-7042

NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2017, a Empresa apresentou lucro de R\$ 123,1 milhões, contrapondo-se ao prejuízo de R\$ 162,3 milhões em 2016. A melhoria do resultado decorreu tanto da expansão de 11,4% da receita líquida quanto da redução de 8,5% dos custos e despesas operacionais, refletindo os seguintes fatos:

i) redução de 0,8% dos gastos com pessoal, o que decorreu de ajustes no maior componente de custo e despesa da Empresa, incluindo a realização de programa de incentivo à aposentadoria (APA);

ii) decréscimo de R\$ 169,0 milhões das despesas judiciais, em face à melhoria de gestão voltada à efetivação de acordos trabalhistas;

iii) redução de R\$31,9 milhões das despesas financeiras, o que resultou da regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, ambos de caráter oneroso;

iv) recuo de R\$ 39,9 milhões dos gastos de locação, comunicações e dos serviços profissionais e contratados, o que decorreu de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais.

		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Receita Operacional Líquida	2.382.900,6	2.138.332,7
Custo dos Serviços Prestados	(1.113.704,2)	(1.118.442,7)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.094.202,1)	(1.242.969,1)
Créditos tributários diferidos	10.683,7	60.768,3
Provisão para IRPJ e CSLL	(62.564,0)	21 4 2
Resultado Líquido do Exercício	123.114,0	(162.310,8)

24.1 – Receita Bruta e Receita Líquida

Em 2017, a receita bruta alcançou R\$ 2,9 bilhões (R\$ 2,6 bilhões em 2016), da qual deduzindo-se impostos, descontos, cancelamentos e deduções de vendas, obteve-se uma receita líquida de R\$ 2,4 bilhões (R\$ 2,1 bilhões em 2016), a que resultou em incremento de aumento de 11 4%

oilhões em 2016), o que resultou em incremento de aumento de 11,4%.		Em milhares de R\$
Descrição	2017	2016
Receita Bruta	2.931.812,7	2.605.219,3
(-)ISS	(143.472,9)	(127.355,4)
(-) PIS / PASEP	(44.332,0)	(38.833,5)
(-) COFINS	(204.219,5)	(178.893,9)
(-) INSS Patronal	(119.952,2)	(117.085,9)
(-) ICMS	(182,1)	(143,6)
(-) Descontos Concedidos	(1.882,3)	(1.132,8)
(-) Vendas Canceladas	(1.406,0)	(3.441,4)
(-) Outras Deduções de Vendas	(33.465,1)	120
Receita Operacional Líquida	2.382.900,6	2.138.332,7

24.2 – Composição dos gastos na DRE

Descrição	2017			
	CSP	Despesas	Total	
Despesas de Pessoal	(824.724,8)	(881.108,6)	(1.705.833,4)	
Depreciação/Amortização	(91.932,4)	(50.429,9)	(142.362,3)	
Locação	(50.706,5)	(24.010,5)	(74.717,0)	
Manutenção	(90.978,3)	(54.924,5)	(145.902,8)	
Comunicação	(45.293,0)	-	(45.293,0)	
Serviços Profissionais	(30.563,4)	(42.890,5)	(73.453,9)	
Serviços Públicos	(12.387,4)	(16.901,1)	(29.288,5)	

Descrição	2017			
	CSP	Despesas	Total	
Créditos a Receber		(4.673,2)	(4.673,2)	
Créditos Tributários	34.580,2	-	34.580,2	
Desp. Tributárias	(0,8)	(3.843,2)	(3.844,0)	
Materiais	(25,9)	(5.158,8)	(5.184,7)	
Outras Despesas /Receitas	(1.672,0)	6.531,0	4.859,0	
Judiciais	-	(17.433,7)	(17.433,7)	
Total	(1.113.704,2)	(1.094.843,0)	(2.208.547,2)	

			Em milhares de R\$	
Descrição	2016			
	CSP	Despesas	Total	
Despesas de Pessoal	(797.726,9)	(839.474,9)	(1.637.201,8)	
Depreciação/Amortização	(96.551,2)	(44.718,5)	(141.269,7)	
Locação	(59.128,8)	(19.603,8)	(78.732,6)	
Manutenção	(77.229,6)	(41.694,3)	(118.923,9)	
Comunicação	(73.378,9)	(2.103,6)	(75.482,5)	
Serviços Profissionais	(31.889,2)	(47.242,0)	(79.131,2)	
Serviços Públicos	(14.159,9)	(14.840,6)	(29.000,5)	
Créditos a Receber	=	(8.004,4)	(8.004,4)	
Créditos Tributários	33.256,8	-	33.256,8	
Desp. Tributárias	(63,1)	(4.279,0)	(4.342,1)	
Materiais	(25,1)	(4.295,7)	(4.320,8)	
Outras Despesas /Receitas	(1.546,6)	6.966,4	5.419,8	
Judiciais	÷	(186.436,2)	(186.436,2)	
Total	(1.118.442,3)	(1.205.726,6)	(2.324.169,1)	

DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA25-BENEFÍCIOSA EMPREGADOS

25.1 - Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

25.1.1 - Plano SERPRO I (PS-I)

O Plano PS-I, estruturado como Beneficio Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em 2017, o PS-I contava com 2.245 participantes saldados ativos e 3.752 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes beneficios:

i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e beneficio proporcional diferido:

ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O plano contava com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 79,9 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

25.1.2 - Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2017, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 7.406 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 633 assistidos e pensionistas, definidos como Beneficio Definido (BD).

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada e o



patrocinador contribui paritariamente dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

- i) participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;
- ii) beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;

iii) designados: pecúlio por morte.

O Plano PS-II contava com patrimônio social de R\$ 3,4 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 383 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

25.2 - Benefícios pós-emprego

Em 2017, o SERPRO contratou consultoria para emissão de parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

25.2.1 - Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (deficit) do plano de beneficio definido foi remensurado para R\$ 509 milhões (R\$ 579 milhões em 2016), com contrapartida negativa em outros resultados abrangentes (ORA).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador. O valor não se confunde com o deficit apurado pela EFPC no Plano PS-I (nota 25.1.1). Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

Além disso, será reconhecido durante o exercício de 2018, como custo do serviço projetado ou despesas com previdência complementar, também decorrente do PS-I, o valor de R\$31,8 milhões.

25.2.2 - Com relação ao PS-II

Em 2017, foi constatado no parecer atuarial superavit de R\$ 551 milhões no Plano PS-II (BD) (R\$ 461 milhões em 2016). Entretanto, considerando-se a regra do teto de ativo (asset ceiling), esse superavit não deve ser reconhecido no balanço do patrocinador.

A legislação determina que o superavit apurado em plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido ao patrocinador após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e, posteriormente, à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e o patrocinador estão subordinadas.

25.2.3 – Premissas técnicas

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela EFPC e pela consultoria atuarial. As informações geradas pela consultoria atuarial tomaram por base os demonstrativos de outubro de 2017 da EFPC, projetados até dezembro.

Premissas Biométricas e Fi - nanceiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Calculada	10,16 anos	11,94 anos
Taxa de desconto	5,20% ao ano	5,20% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A ⁽¹⁾	3,2% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inváli - dos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de capacidade para benefí - cios e salários	97,75%	97,04%
Composição familiar	Família real do Serpro	Família real do Serpro
Inflação adotada em 2017	2,95% ao ano	2,95% ao ano
Inflação projetada em 2018 Bo - letim Focus (BACEN)	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	9,93% ao ano	9,93% ao ano

25.3 - Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. No ACT 2016/2017, foi fixado em R\$ 874,08 (R\$ 799,82 no período 2015/2016). Para os dirigentes, o valor pago é de R\$ 747,60, conforme autorizado pela SEST.

25.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos empregados e seus dependentes. Os beneficiários deste plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

Grupo II – empregados inativos/agregados: os empregados ativos são transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho em razão de licença sem remuneração. Os agregados também são incluídos no plano de acordo com as limitações previstas em regulamento.

Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

A exemplo do beneficio de previdência complementar, o PAS/SERPRO oferecido como incentivo aos empregados desligados no APA, também é classificado como beneficio pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). Assim sendo, a consultoria identificou a necessidade de avaliação deste programa, a fim de estimar atuarialmente o valor presente de suas obrigações. A avaliação e o reconhecimento dos impactos, no entanto, ocorrerão nos exercícios futuros.

25.5-Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados. O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.

NOTA 26 - SEGUROS

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Se - gurada
Bens Patrimoniais Mó - veis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoro - namento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vi dros, Alagamento e Inundação, Quebra de máqui - nas	R\$ 925.857.507,85
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa, Indenização especial de morte por acidente (IEA), Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$ 16.000,00 por vida
Veículo	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 27 - PARTES RELACIONADAS

27.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.484,41 e R\$ 34.109,93, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.247,93.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 40.230,89, com média de R\$ 15.898,73. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR n°3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 28 - CONTINGÊNCIA ATIVA

Os processos que representam contingência ativa, portanto, não reconhecidos contabilmente (NBC TG 25(R1)), são controlados escrituralmente em contas de controle, assim detalhados:

i) tomada de contas especial no 19863.000075/2001-58 de R\$ 6.005.124,10 que trata de desvio de valores públicos;

ii) tomada de contas especial no 19863.000074/2001-11 de R\$ 440.376,06, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBCTG 03 (R3)). NOTA 30 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES 30.1 – Balanço Patrimonial



30.1.1 - Ativo Circulante

Este grupo de contas apresentou incremento de R\$ 106,2 milhões, o que decorreu das seguintes principais

i) redução de 7,7% do saldo de caixa e equivalente de caixa, o que corresponde R\$ 19,5 milhões (NE 04);

ISSN 1677-7042

ii) aumento de R\$ 202,2 milhões dos créditos a receber de clientes, o que não gerou a devida contrapartida no saldo de caixa (NE 06);

iii) redução de R\$ 11,2 milhões dos ressarcimentos de pessoal PSE (NE 07).

iv) redução de R\$ 68,1 milhões dos créditos tributários, devido ao fato das antecipações terem sido integralmente constituídas como crédito tributário no ano anterior, em face da apuração de prejuízo fiscal que não gerou tributos a pagar (NE 08);

			Em milhares de R	
Descrição	2017	2016	Variação	%
. Caixa e equivalentes de caixa	232.780,5	252.297,8	(19.517,4)	(7,7)
. Créditos a Receber	391.467,0	200.423,7	191.043,4	95,3
Clientes	336.880,0	134.725,3	202.154,8	150,0
Ressarcimento de Pessoal	53.250,6	64.406,8	(11.156,2)	(17,3)
Créditos Diversos a Receber	1.336,4	1.291,5	44,9	3,5
. Créditos Tributários	95.909,6	164.015,5	(68.105,9)	(41,5)
. Demais Ativos	6.581,9	4.645,6	1.936,3	41,7
Total	726.739,0	621.382,6	105.356,4	17,0

30.1.2 - Ativo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 162,9 milhões, o que decorreu das seguintes principais

i) redução de R\$ 91,0 milhões do ressarcimento de pessoal, decorrente de desembolsos com sentenças judiciais, revisões dos processos e expectativa de reembolso das provisões trabalhistas e cíveis (NE 10);

ii) redução de R\$ 42,4 milhões dos créditos tributários (IRPJ e CSLL), em face de variação das provisões para apuração do ativo e passivo fiscal diferido (NE 11);

iii) aumento de R\$ 17,8 milhões de depósitos judicias como garantia de juízo, sobretudo, em ações de natureza trabalhista.

Em	milhares	de	R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Realizável a longo prazo	2.300.836,6	2.416.622,8	(115.786,2)	(4,8)
Ressarcimento de Pessoal	1.545.064,3	1.636.108,0	(91.043,7)	(5,6)
Créditos tributários	415.273,6	457.701,5	(42.427,9)	(9,3)
Depósitos judiciais e recursais	280.146,8	262.342,0	17.804,8	6,8
Demais ativos realizáveis a longo prazo	60.351,9	60.471,3	(119,4)	(0,2)
. Imobilizado e Intangível	560.695,8	607.788,7	(47.092,9)	(7,7)
Total	2.861.532,5	3.024.411,5	(162.879,0)	(5,4)

30.1.3 - Passivo Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 79,5 milhões, o que decorreu das seguintes principais

i) redução de R\$ 10,6 milhões, a título de consignações, devido a liquidação de tributos associados as obrigações pagas a fornecedores (NE 16);

ii) aumento de R\$ 24,8 milhões de tributos e encargos sociais, o que decorreu do acréscimo do faturamento (ISS, PASEP-COFINS e INSS), assim como do aumento de contas a receber de clientes, cuja liquidação do PASEP-COFINS ocorre por ocasião do recebimento das faturas (NE 17);

iii) redução de R\$ 93,6 milhões das obrigações a pagar, o que se deve, de um lado, à redução da conta de fornecedores (R\$ 121,5 milhões) (NE 19) e plano de previdência complementar (R\$ 8,0 milhões). Por outro, houve aumento de pessoal a pagar e encargos trabalhistas no montante de R\$ 35,8 milhões, face à provisão para fazer frente ao ACT 2017/2018 (NE 20);

		2016	Em milhares de R\$	
Descrição	2017		Variação	%
. Consignações	65.997,4	76.626,7	(10.629,4)	(13,9)
. Tributos e encargos sociais	119.336,1	94.545,5	24.790,6	26,2
. Depósitos diversas origens	990,8	977,5	13,3	1,4
. Obrigações a pagar	539.216,5	632.873,8	(93.657,3)	(14,8)
Fornecedores	186.309,1	307.999,9	(121.690,8)	(39,5)
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	316.089,8	280.238,6	35.851,2	12,8
Plano de Previdência Complementar	36.631,6	44.627,5	(7.995,9)	(17,9)
Outras obrigações	185,9	7,8	178,1	2.283,3
Total	725.540,8	805.023,5	(79.318,0)	(9,9)

30.1.4 - Passivo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 204,1 milhões, o que decorreu das seguintes principais

i) redução de R\$ 19,8 milhões das obrigações tributárias, basicamente, devido à liquidação de parcelamentos efetuados do ISS e INSS (NE 21);

ii) redução de R\$ 110,6 milhões das provisões trabalhistas e cíveis, face à revisão dos processos judiciais (NE

iii) redução de R\$ 70, 3 milhões de obrigações junto ao plano de previdência complementar (NE 25.1).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%	
Fornecedores	118,0	1.455,0	(1.337,0)	(91,9)	
Obrigações tributárias	71.471,3	91.232,7	(19.761,4)	(21,7)	
Provisões trabalhistas e cíveis	1.643.979,3	1.754.564,2	(110.584,9)	(6,3)	
Plano de previdência complementar	509.127,8	579.397,3	(70.269,5)	(12,1)	
Receita diferida	1.212,5	3.396,3	(2.183,8)	(64,3)	
Outras obrigações	496,1	496,1	0,0	-	
Total	2.226.405,0	2.430.541,7	(204.136,7)	(8,4)	

30.1.5 - Patrimônio Líquido

Este grupo de contas apresentou acréscimo de R\$ 226,1 milhões, em face das seguintes variações:

i) redução de R\$ 103,1 milhões do passivo atuarial, com impacto positivo sobre o PL, apropriado em outros resultados abrangentes (ORA), basicamente, devido a revisão de cálculo atuarial, conforme parecer de consultoria especializada (NE 25.1.1).

ii) redução dos prejuízos acumulados, com impacto positivo sobre o PL, em face do lucro do exercício no valor de R\$ 123,0 milhões.

			Em milhares de R\$		
Descrição	scrição 2017 20	2016	Variação	%	
. Capital	1.061.004,8	1.061.004,8	0,0	i e	
. Reservas	138.214,2	138.214,2	0,0	-	
. Outros resultados abrangentes	(376.030,8)	(479.133,2)	103.102,3	(21,5)	
. Lucros/Prejuízos acumulados	(186.616,4)	(309.611,0)	122.994,7	(39,7)	
Total	636.571,8	410.474,8	226.097,0	55,1	

30.2 - Demonstração do Resultado do Exercício

30.2.1 - Receita Bruta e Deduções das Receitas

A receita bruta registrou expansão de 12,5%, alavancada pelos serviços de processamento de dados, que correspondem a 86,4% do faturamento. Subtraindo-se as deduções de vendas, houve expansão de 11,4% da receita líquida, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 244,6 milhões



			Em milhares de R\$		
Descrição	2017	2016	Variação	%	
Receita Bruta	2.931.812,7	2.605.219,3	326.593,4	12,5	
Serviços de processamento de dados	2.534.179,3	2.193.841,5	340.337,8	15,5	
Desenvolvimento de software	223.877,6	214.180,0	9.697,6	4,5	
Suporte e assistência técnica	148.611,1	164.751,7	(16.140,6)	(9,8)	
Demais serviços	25.144,7	32.446,1	(7.301,4)	(22,5)	
Deduções	(548.912,1)	(466.886,5)	(82.025,5)	17,6	
Impostos	(512.158,6)	(462.312,3)	(49.846,3)	10,8	
Descontos	(1.882,3)	(1.132,8)	(749,5)	66,2	
Vendas canceladas e Outras deduções	(34.871,1)	(3.441,4)	(31.429,7)	913,3	
Receita Líquida	2.382.900,6	2.138.332,8	244.567,9	11,4	

30.2.2 - Custos e Despesas Operacionais

O conjunto desses gastos retrocedeu 5,5%, com impacto positivo de R\$ 120,0 milhões sobre o resultado, em larga medida, devido a acordos trabalhistas, que foram efetivados por ocasião da liquidação de processos judiciais, o que implicou redução de R\$ 169,0 milhões das despesas judiciais.

Soma-se o recuo de locação (5,1%), serviços de comunicações (40%) e profissionais contratados (7,2%), as quais geraram, em conjunto, uma economia de R\$ 39,9 milhões, o que decorreu de ajustes implementados na estrutura dos gastos empresariais, destacando-se as despesas de comunicações, cujo recuo da ordem de R\$ 30,2 milhões decorreu de novas contratações com redução de preço dos circuitos.

No caso dos gastos com pessoal e benefícios, o acréscimo de 4,2% resultou, em sua maior parte, do incremento das despesas com plano de previdência complementar. Esta última foi impactada negativamente pela despesa atuarial no valor de R\$ 86,0 milhões, apropriada ao longo do exercício.

Não obstante, os gastos com remunerações retrocederam 4,1%, o que resultou de desligamentos decorrentes do APA, assim como de ajustes na estrutura deste componente que representa 54% do total dos custos e despesas operacionais, com impacto positivo de R\$49,1 milhões sobre o resultado.

30.2.3 - Resultado financeiro

Esse grupo de contas apresentou valor positivo de R\$ 641 mil, contrapondo-se ao valor negativo de R\$ 37,2 milhões ocorrido em 2016, o que decorreu, em ampla maioria, da queda da despesa financeira (R\$ 31,9 milhões).

Com efeito, a regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, assim como o encerramento dos termos de acordo de instrumentos contratuais (dotação / Lei 8.020 de 1990 / aporte), ocorrido em maio de 2017, implicaram redução das despesas com juros e correção monetária que incidiam sobre essas obrigações. Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Despesas Financeiras	(18.177,7)	(50.072,1)	31.894,4	(63,7)
Receitas Financeiras	18.818,6	12.829,6	5.989,1	46,7
Total	641,0	(37.242,5)	37.883,4	

30.2.4 - Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)

A redução de R\$ 112,6 milhões das despesas com IRPJ/CSLL foi decorrente dos seguintes fatores:

i. redução de R\$ 50,1 milhões da despesa diferida, em grande parte, devido ao diferimento dos tributos sobre provisões trabalhistas ocorrido em 2016, o que gerou crédito de ativo fiscal trabalhista, líquido do passivo fiscal, no valor de R\$ 43,5 milhões.

ii. apuração da despesa corrente de R\$ 62,6 milhões sobre o lucro fiscal, ocorrido em 2017, contrapondo-se ao prejuízo fiscal de 2016, quando não houve registros desses impostos. Em milhares de R\$

2017	2016	Variação	%
10.683,7	60.768,3	(50.084,6)	(82,4)
(62.564,0)	0,0	(62.564,0)	=
(51.880,3)	60.768,3	(112.648,6)	(185,4)
	10.683,7 (62.564,0)	10.683,7 60.768,3 (62.564,0) 0,0	10.683,7 60.768,3 (50.084,6) (62.564,0) 0,0 (62.564,0)

O confronto entre a receita operacional líquida (R\$ 2,38 bilhões) e o total dos gastos, incluindo os custos, as despesas operacionais, resultado financeiro e tributos sobre o lucro, perfazendo R\$ 2,26 bilhões, resultou em lucro do exercício no montante de R\$ 123,1 milhões, interrompendo dois anos de prejuízos.

Brasília, 31 de dezembro de 2017

Maria da Glória Guimarães dos Santos Diretora- Presidente

André de Cesero Izabel Cristina da Costa Freitas Antônio Luiz Fuschino Diretor de Relacionamento Clientes Diretora de Governança e Gestão Diretor de Desenvolvimento Iran Martins Porto Junior Antônio de Pádua Ferreira Passos Carla Ribeiro Alves Marques Diretor de Administração Contadora CRC-DF 015723/0-9 Diretor de Operações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS DE 31/12/2017

Conselheiros, Diretores e demais Administradores da SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO EMPRESA PÚBLICA FEDERAL INDEPENDENTE DO OGU - CNPJ.: 33.683.111/0001-07 SGAN Quadra 601 - Módulo V - CEP.: 70.836-900 Brasília/DF - Site: www.serpro.gov.br

Prezados Senhores.

Diário Oficial da União - Secão 1

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao SERPRO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPRO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance



planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

ISSN 1677-7042

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5 Ênfases

Ênfase nº 01 - EXPOSIÇÃO PATRIMONIAL - CORROSÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apesar da inconteste eficácia das medidas administrativo-financeiras de redução de despesas e expansão de receitas que viabilizaram um resultado intermediário positivo, consubstanciado por um lucro líquido de R\$ 123.141 decorrente de suas operações no exercício sob nosso exame, enfatizamos que o capital social de R\$ 1.061.004 encontra-se significativamente consumido por (-R\$ 186.616) de prejuízos já configurados, que somados aos resultados abrangentes negativos a incorrer de (-R\$ 376.030), perfazem um resultado abrangente consolidado de (-R\$ 562.646) que juntos representam aproximadamente 53,3% de corrosão do retro mencionado capital social. Aludida situação não modifica nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis examinadas, mas sinalizam para a necessidade de manutenção do monitoramento já iniciado no exercício de 2017, bem como do seu constante equilíbrio orçamentário, associado com ações efetivas de redução da inadimplência, devolvendo a empresa sua alavancagem e viabilidade econômico-financeira, até alcançar a recomposição do precitado capital social.

Ênfase nº 02 - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - NBC TG 33 (R2)

Sem alterar nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, enfatizamos conforme NOTA EXPLICATIVA № 25 — O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado. Em 2017, o SERPRO contratou uma consultoria para avaliação atuarial do SERPROS, em cujas conclusões acerca do Plano SERPRO-I (PS-I), demonstraram-se um saldo de passivo de R\$ 509 milhões, além de estimar uma despesa de R\$ 31,8 milhões para o exercício 2018.

6 Outros Assuntos

6.1 Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

6.2 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

6.2.1 Relatório da Administração

A administração do SERPRO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos pada a relatar

6.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 23 de março de 2017, sem modificação de opinião decorrente de ressalvas ou ânfosce.

Brasilia/DF, 26 de Fevereiro de 2018

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O"S"DF
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior – CNAI 1593
Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF
CNAI 4747
Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"DF
CNAI 4850

PARECER COF - 01 /2018

Assunto: Demonstrações Contábeis 2017 - SERPRO

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e inciso II do artigo nº 27, do Estatuto do SERPRO aprovado em 21 de março de 2017, procedeu ao exame do relatório anual da administração e das demonstrações contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Considerando que o relatório da administração foi elaborado com a participação das áreas que compõem a Diretoria Executiva, com o objetivo de fundamentar e divulgar as principais realizações, além dos resultados operacionais e financeiros.

Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 1º de março 2018, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que afetassem as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2017:

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2018, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

Considerando o Parecer do Conselho de Administração, de 05 de março de 2018.

O Conselho Fiscal entende que o relatório da administração e as referidas demonstrações, com os parágrafos de ênfase da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de abril de 2018, na forma do inciso I, do artigo 9º do Estatuto Social.

Brasília, 05 de marco de 2018

Manoel Joaquim de Carvalho Filho Presidente César Almeida de Meneses Silva Conselheiro Jersilene de Souza Moura Conselheira

PARECER CA - 01 /2018

Assunto: Demonstrações Contábeis 2017 - SERPRO

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 18 do Estatuto do SERPRO aprovado em 21 de março de 2017, e Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 1º de março 2018, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que afetassem as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2017;

Considerando o parecer da Auditoria Independente Audimec Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2018, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

Considerando os debates havidos na reunião do dia 05 de março de 2018, com participação do Conselho Fiscal, registrados em ata,

Manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de abril de 2018.

Brasília, 05 de março de 2018

Nerylson Lima da Silva
Presidente
Nina Maria Arcela
Conselheira
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Conselheira
Igor Montezuma Sales Farias
Conselheiro
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Conselheira
Marcelo Daniel Pagotti
Conselheiro